



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

Lei nº 2092, de 18 de dezembro de 2008.

SÚMULA: Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º A execução do Plano Municipal de Educação se pautará pelo regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município e a Sociedade Civil.

§1º O Poder Público Municipal exercerá papel indutor na implementação dos objetivos e metas estabelecidos neste Plano.

§2º A partir da vigência desta Lei, as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades de Educação para Jovens e Adultos e Educação Especial, integrantes da rede municipal de ensino, em articulação com a rede estadual e privada, que compõem o Sistema Estadual de Ensino, deverão organizar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas, com base no Plano Municipal de Educação.

§3º O Poder Legislativo, por intermédio de seus integrantes, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º O Município, em articulação com a União, o Estado e a Sociedade Civil, procederá às avaliações periódicas de implementação do Plano Municipal de Educação, que serão realizadas a partir do segundo ano de vigência desta Lei.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Legislativo Municipal aprovar as medidas legais decorrentes, com vista, à correção de deficiências e distorções.

Art. 4º O Poder Público Municipal, em conjunto com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação do PME, formado pelo Dirigente Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, estabelecerão os mecanismos necessários ao acompanhamento de sua execução.

Art. 5º Os planos plurianuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

Art. 6º O Poder Público Municipal se empenhará na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

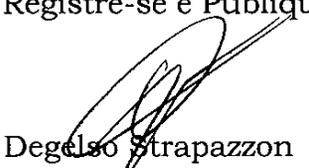
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, em aos dezoito dias do mês de dezembro de 2008.



Pedro Mezzomo
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se



Degelso Strapazon
Assessor de Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DO
DESPORTO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
LEI Nº 2092/2008 de 18/12/2008

DEZEMBRO/2008

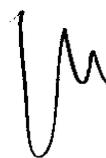
PEDRO MEZZOMO
Prefeito Municipal

VALTER MUNARETO
Vice-Prefeito

HUMBERTON LUIZ SERPA DE OLIVEIRA VIANA
Presidente da Câmara de Vereadores

ALTANIR DALLASTRA
FRANK ARIEL SCHIAVINI
IVAIR BERNARDO DA SILVA
ORSELINO FURIGO
SANTO LUIZ FELIPE
VALDEMIR BAÚ
VANDRÉ MARCOS SPANHOLLI
VOLMIR LASTA
Vereadores

NELCI MARIA PERIZZOLO
Secretária Municipal de Educação

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'M' with a vertical stroke on the left side.

**CONSULTORIA
GAE – CONSULTORIA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA
GRUPOS DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
CORONEL VIVIDA**

MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA

Nelci Maria Perizzolo - Coordenadora
Ioleane Paula Galvão
Liliane Renata Rakowski Marinho de Mello
Marli Terezinha Roberto
Nancy Margarete Perin

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

Sandra Mara Gomes de Freitas - Coordenadora
Cleverton Luiz da Silva
Dirce Salete Sviderski
Nely Giordani

EDUCAÇÃO INFANTIL

Lurdes da Silva de Souza - Coordenadora
Jucimara Monteiro Modena
Marlides Brustolim Ferreira
Namely Turra da Silva
Rosane da Silva Boaretto
Liliane Renata Rakowski Marinho de Mello

ENSINO FUNDAMENTAL

Marcelo Heemann - Coordenador
Janes Mariza Quadros de Moraes Ferreira
Jocemara Conte
Joscélia Vanely
Rosiclei Martini
Tânia Mara Belusso Nichelle

ENSINO MÉDIO

Gleide Regiane Martini - Coordenadora
Juliana Schenato
Luciandra Galvão Librelatto
Neusa Frigo
Roseley Gnoatto



EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ioleane Paula Galvão - Coordenadora
Ariadni Locatelli Quadros Kruguer
Franck Aflânio Wazlawick
Marilde Lodi Manica

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ivone Caprini - Coordenadora
Ivete Maria Marcolina Ambrosi
Ivone Piassa
Julia Aparecida Bernardo
Silvania Franco Neves Guilardi

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

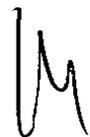
Nancy Margarete Perin - Coordenadora
Maria Mafalda Turra
Sidnei Ghisolfi
Tháise Tremea

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Fátima Vogel da Silva - Coordenadora
Elcio Sartor
Ilton Paulo Piano
João Paulo Bonadimann
Leandro Signor
Rogério Schio

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Sandra Szabo - Coordenadora
Josane Alves Ogradowski
Josiane Rodrigues de Jesus Ferrazza
Leila Mara Invernizzi Ferri
Mariângela Betineli de Oliveira Viana
Rosane Teles de Mattos Bocchi
Rosemery Perin de Souza



**FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

Mirlene Weis - Coordenadora
Cátia Regina Zanetin
Clemair de Jesus da Silva Balbinot
Lorete Garbim Vanzin
Márcia Cristina Oniszcuk Piva
Teresinha Fogaça dos Santos Sordi

FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Degelson - Coordenador
Ademir Antonio Aziliero
Edson Luiz Berlatto
Marcelo Giasson

SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ioleane Paula Galvão
Nancy Margarete Perin
Nelci Maria Perizzolo



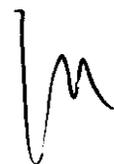
SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	9
LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS.....	12
LISTA DE QUADROS.....	13
LISTA DE TABELAS.....	14
I - INTRODUÇÃO.....	16
II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....	17
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	17
1.1 Localização.....	17
1.2 Principais Vias de Acesso.....	18
1.3 Clima.....	18
1.4 Vegetação.....	19
1.5 Solos.....	19
1.6 Relevo.....	20
1.7 Hidrografia.....	20
1.8 Área de Reserva Florestal.....	20
1.9 Organização Político-administrativa.....	21
2. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	21
2.1 Fundação.....	21
2.2 Histórico do Nome.....	22
2.3 Pioneiros.....	23
2.4 Símbolos Municipais.....	23
3. ASPECTOS POPULACIONAIS.....	25
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	26
5. ASPECTOS CULTURAIS.....	30
5.1 Principais Eventos.....	30
5.2 Principais Locais Utilizados para a Realização dos Eventos.....	31
5.3 Principais Espaços Culturais do Município.....	31
5.4 Principais Grupos Culturais.....	32
5.5 Artes Plásticas e Artesanato.....	32
5.6 Canais de Comunicação.....	32
5.7 Academias.....	33
5.8 Esportes.....	33
6. ASPECTOS TURÍSTICOS.....	34



7. ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	
7.1 Estabelecimentos de Ensino.....	36
7.2 Infra-estrutura dos Estabelecimentos de Ensino.....	36
III - DIRETRIZES GERAIS.....	38
IV - NÍVEIS DE ENSINO.....	40
A - EDUCAÇÃO BÁSICA.....	40
1. EDUCAÇÃO INFANTIL.....	40
1.1 Diagnóstico.....	40
1.2 Objetivos e Metas.....	41
2. ENSINO FUNDAMENTAL.....	44
2.1 Diagnóstico.....	44
2.1.1 Oferta.....	44
2.1.2 Rendimento escolar (aprovação e reprovação).....	45
2.1.3 Movimento escolar (evasão e transferência).....	46
2.1.4 Distorção idade-série.....	47
2.1.5 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.....	47
2.1.6 Considerações finais.....	48
2.2 Objetivos e Metas.....	49
3. ENSINO MÉDIO.....	52
3.1 Diagnóstico.....	52
3.1.1 Oferta.....	52
3.1.2 Matrículas.....	52
3.1.3 Rendimento e movimento escolar.....	53
3.1.4 Resultado do Exame Nacional do Ensino Médio.....	53
3.1.5 Recursos humanos.....	54
3.2 Objetivos e Metas.....	55
B - EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	57
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	57
4.1 Diagnóstico.....	57
4.2 Objetivos e Metas.....	58
V - MODALIDADES DE ENSINO.....	59
5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	59
5.1 Diagnóstico.....	59
5.2 Objetivos e Metas.....	60
6. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS.....	61
6.1 Diagnóstico.....	61
6.1.1 Educação a distância.....	61
6.1.2 Tecnologias educacionais.....	62

6.1.3 Profissionais da educação X tecnologias.....	62
6.2 Objetivos e Metas.....	63
7. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	
7.1 Diagnóstico.....	65
7.1.1 Perfil da situação empregaticia.....	65
7.1.2 Oferta de Educação Profissional.....	67
7.2 Objetivos e Metas.....	69
8. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	70
8.1 Diagnóstico.....	70
8.1.1 Atendimento na rede regular de ensino.....	70
8.1.2 Atendimento na instituição especializada.....	70
8.2 Objetivos e Metas.....	72
VI - MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	74
9. FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO...	74
9.1 Diagnóstico.....	74
9.1.1 Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.....	74
9.1.2 Profissionais da educação.....	80
9.1.3 Trabalhadores da educação.....	83
9.2 Objetivos e Metas.....	84
VII - GESTÃO E FINANCIAMENTO.....	86
10. GESTÃO E FINANCIAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	86
10.1 Diagnóstico do Financiamento.....	86
10.2 Diagnóstico da Gestão.....	88
10.2.1 Órgão Municipal de Educação.....	88
10.2.2 Organização da rede municipal de ensino.....	89
10.2.3 Gestão da rede municipal de ensino.....	89
10.2.4 Projetos em andamento.....	90
10.2.5 A rede municipal de ensino e o IDEB.....	90
10.3 Objetivos e Metas.....	91
VIII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....	95
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	97
SITES CONSULTADOS.....	98



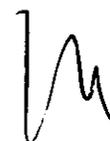
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACIVI	Associação Comercial e Empresarial de Coronel Vivida
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AEMP	Associação das Escolas de Música do Paraná
AL	Alunos
AMОВI	Associação dos Motoristas Vividenses
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
APED	Ação Pedagógica Descentralizada
APM	Associação de Pais e Mestres
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APR	Aprovação
APROLEITE	Associação dos Produtores de Leite
APV	Associação dos Professores Vividenses
ASSOCELVI	Associação dos Servidores Públicos Municipais de Coronel Vivida
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAE-DA	Centro de Atendimento Especializado ao Deficiente Auditivo
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBED	Centro Brasileiro de Educação a Distância
CE	Colégio Estadual
CEE/PR	Conselho Estadual de Educação – Paraná
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CES	Centro de Estudos Supletivo
CF	Constituição Federal Brasileira
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLAF	Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CND	Curso Normal a Distância
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Curso Normal Superior
COAMO	Cooperativa Agropecuária Mourãoense
COPAFI	Cooperativa de Agricultura Familiar Integrada
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DA	Deficiência Auditiva
DAP	Dificuldade de Aprendizagem
DFCs	Declarações Fisco Contábeis
DM	Deficiência Mental
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDPREC	Educação Precoce
EE	Educação Especial
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil



EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMATER	Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EML	Escola Municipal
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERM	Escola Rural Municipal
FACINTER	Faculdade Internacional de Curitiba
FEIN	Festival da Independência
FEMUART	Festival Municipal de Artes
FESCANTO	Festival Estudantil da Canção do Colégio Estadual Arnaldo Busato
FESTINAES	Festival do Núcleo Avançado de Estudos Supletivo
FESTINVERNO	Festival Musical de Inverno
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FJP	Fundação João Pinheiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNC	Funcionários
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IAP	Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM-E	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação
IDHM-L	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Longevidade
IDHM-R	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda
IES	Instituição de Educação Superior
IESDE	Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre Propriedades de Veículos Auto Motores
IR	Imposto de Renda
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto sobre Serviços
ITBI	Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis
ITDE	Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Educacional
ITR	Imposto Territorial Rural
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais

M	Matutino
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Magistério
MINEROPAR	Minerais do Paraná SA
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NRE	Núcleo Regional de Educação
ONG	Organização Não Governamental
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNAC	Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEE	Portadores de Necessidades Educativas Especiais
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVOPAR	Programa de Voluntariado Paranaense
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REPR	Reprovação
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPN	Reservas Particulares de Patrimônio Natural
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED	Secretaria de Estado da Educação – Paraná
SEF	Secretaria de Ensino Fundamental – MEC
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SMICT	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
TRANSF	Transferência
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TU	Turmas
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste



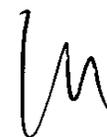
V
VIZIVALI
WLN

Vespertino
Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu
World Line Net

Handwritten signature or initials in black ink, appearing to be 'Jn'.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1.	Mapa da localização do Município no Estado do Paraná....	17
Figura 2.	Municípios limítrofes.....	18
Figura 3.	Principais acessos municipais.....	19
Figura 4.	Símbolos Municipais – Brasão e Bandeira.....	24
Figura 5.	Foto da Cratera de Impacto no Distrito de Vista Alegre.....	34
Gráfico 1.	Evolução histórica da população do Município, 1970/2007.....	25
Gráfico 2.	Atividades econômicas e participação no PIB municipal, 2000.....	28
Gráfico 2.1.	Evolução histórica das matrículas do Ensino Fundamental, 2004 – 2008.....	45
Gráfico 3.1.	Taxas de evasão no Ensino Médio das instituições de ensino da rede estadual, 2004 – 2007.....	53
Gráfico 3.2.	Comparativo das médias finais do ENEM, 2007.....	54
Gráfico 3.3.	Formação dos docentes do Ensino Médio, 2008.....	55
Gráfico 4.1.	Número de acadêmicos do Município que estudaram na região, 2004 –2007.....	57
Gráfico 7.1.	Tempo em que as pessoas cadastradas no SINE estão desempregadas, 2007.....	66
Gráfico 8.1.	Matrículas da APAE, 2008.....	72



LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Distâncias e rodovias de acesso, 2007.....	18
Quadro 2.	Tipos de solo existentes no Município, 2007.....	19
Quadro 3.	Reservas Particulares de Patrimônio Natural, 2000.....	20
Quadro 4.	Organização político-administrativa do Município.....	21
Quadro 5.	População total do Município, 1970/2000.....	25
Quadro 6.	Índices municipais, 2000.....	26
Quadro 7.	Eleitores, segundo sexo e faixa etária, 2006.....	26
Quadro 8.	Produção municipal, 2005.....	27
Quadro 9.	População ocupada, segundo as atividades econômicas, 2000.....	29
Quadro 10.	Indicadores sociais do Município, 1991/2000.....	29
Quadro 11.	Indicadores econômicos, 2000/2004.....	29
Quadro 12.	Tipos de estabelecimentos instalados no Município, 2005.....	29
Quadro 13.	Estabelecimentos de ensino da rede municipal, 2008.....	35
Quadro 14.	Estabelecimentos de ensino da rede estadual, 2008.....	36
Quadro 15.	Estabelecimentos de ensino da rede privada, 2008.....	36
Quadro 9.1.	Profissionais da Educação Celetistas optantes pelo Plano de Carreira e de Remuneração nos termos da Lei nº 1482/98.....	76
Quadro 9.2.	Quadro comparativo dos pisos salariais dos Profissionais da Educação, decorrente da implantação do Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério – Lei 1482/98...	77
Quadro 9.3.	Comparativo das diferenças entre os regimes jurídicos adotados pela administração municipal.....	78
Quadro 9.4.	Profissionais da educação integrantes do Regime Jurídico Estatutário, 2008.....	79
Quadro 9.5.	Pisos salariais, março 2008.....	80
Quadro 9.6.	Número total de professores municipais, 2008.....	80
Quadro 9.7.	Número de professores, por área de formação, 2008.....	81
Quadro 9.8.	Número de professores com formação em pós-graduação (<i>lato sensu</i>), 2008.....	81
Quadro 9.9.	Classificação dos profissionais da educação, por exercício de função de magistério, 2008.....	82
Quadro 9.10.	Número de docentes e número de alunos, 2008.....	82
Quadro 9.11.	Número de turmas da rede municipal <i>versus</i> número de docentes, 2008.....	83
Quadro 9.12.	Trabalhadores da educação da rede municipal de ensino, 2008.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1.	Instituições de ensino que ofertam a Educação Infantil, 2008.....	40
Tabela 2.1.	Instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2008.....	44
Tabela 2.2.	Matrículas do Ensino Fundamental, 2004 – 2008.....	45
Tabela 2.3.	Índices de aprovação e reprovação no Ensino Fundamental das instituições municipais e estaduais da zona rural, 2004 – 2007.....	45
Tabela 2.4.	Índices de aprovação e reprovação do Ensino Fundamental das instituições municipais e estaduais da zona urbana, 2004 – 2007.....	46
Tabela 2.5.	Índices de transferência do Ensino Fundamental das instituições municipais e estaduais (zona rural e urbana), 2004 – 2007.....	46
Tabela 2.6.	Índices de evasão e transferência do Ensino Fundamental das instituições da rede privada, 2004 – 2007.....	47
Tabela 2.7.	Índices de distorção idade-série do Ensino Fundamental das instituições municipais e estaduais (zona rural e urbana), 2004 – 2007.....	47
Tabela 2.8.	IDEB's observados em 2005 e 2007 e metas projetadas para o Ensino Fundamental, por instituição de ensino, 2007 – 2021.....	48
Tabela 3.1.	Instituições que ofertam o Ensino Médio, 2008.....	52
Tabela 3.2.	Matrículas do Ensino Médio, 2004 – 2008.....	52
Tabela 3.3.	Taxas de aprovação e reprovação dos alunos do Ensino Médio, por instituição de ensino, 2004 – 2007.....	53
Tabela 3.4.	Notas Médias do ENEM, por estabelecimento de ensino, 2007.....	54
Tabela 6.1.	Cursos a distância ofertados no Município, 1999 – 2007.....	61
Tabela 6.2.	Recursos tecnológicos das instituições que ofertam a Educação Básica no Município, 2008.....	62
Tabela 7.1.	Setores que mais empregaram no Município (empregos formais), 2005 – 2006.....	65
Tabela 7.2.	Indicadores de mercado de trabalho, 2000/2006.....	65
Tabela 7.3.	Situação empregatícia do Município, 2005 – 2007.....	66
Tabela 7.4.	Principais dificuldades que as pessoas encontram ao buscar novo emprego, 2007.....	67
Tabela 7.5.	Cursos de qualificação ofertados no Município pelo Departamento de Promoção Humana, 2005 – 2007.....	67
Tabela 7.6.	Cursos de qualificação ofertados no Município por outras entidades, 2005 – 2007.....	68



Tabela 7.7.	Cursos profissionalizantes ofertados no Município, 2005 – 2007.....	69
Tabela 8.1.	Serviços e apoio especializado, 2008.....	
Tabela 8.2.	Programas ofertados pela APAE de Coronel Vivida, 2008.....	71
Tabela 10.1.	Convênios, 2006 – 2008.....	87
Tabela 10.2.	Receitas da educação, 2006 – 2008.....	87
Tabela 10.3.	Despesas da educação, 2006 – 2008.....	87
Tabela 10.4.	Comparativo entre o orçamento do órgão municipal de educação e o percentual de despesas, 2007 – 2008.....	88
Tabela 10.5.	Estabelecimentos de ensino da rede municipal, 2008.....	89
Tabela 10.6.	IDEBS observado de 2005 e 2007 no Ensino Fundamental dos anos iniciais e projeções para o Brasil, 2007/2021.....	91
Tabela 10.7.	IDEB's observados em 2005 e 2007 e metas projetadas para o Ensino Fundamental dos anos iniciais da rede municipal, 2007 – 2021.....	91



I - INTRODUÇÃO

"À Educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado, e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele". (Jacques Delors)

O Brasil foi legalmente desafiado a planejar o seu futuro educacional para uma década, a partir da promulgação da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (Plano Nacional de Educação – PNE), que fixou diretrizes, objetivos e metas para a educação no Brasil, para um período de dez anos (2001-2010), determinando em seu art. 5º, que os Estados, o Distrito Federal e os municípios, elaborassem planos decenais correspondentes, de modo a dar suporte às metas constantes do PNE.

Desta forma, a Administração Municipal de Coronel Vivida, entendendo que pensar, planejar e promover a educação, com o foco em educação de qualidade, iniciou em 2007, a construção do seu Plano Municipal de Educação.

Para este processo foram convidados e responderam ao apelo da construção coletiva de um projeto para projetar a educação em um novo patamar de qualidade e equidade, vários representantes da sociedade civil organizada, das comunidades escolares, professores e gestores de todos os níveis e modalidades de ensino, pais de alunos e servidores públicos municipais.

Como resultado, Coronel Vivida tem agora um Plano que pode ser considerado o norte, a bússola, o mapa e a alavanca que irá orientar, abrir, aplainar e sedimentar o caminho para que esperanças, desejos e sonhos, em torno de um futuro desejável para a educação, aconteçam de fato.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

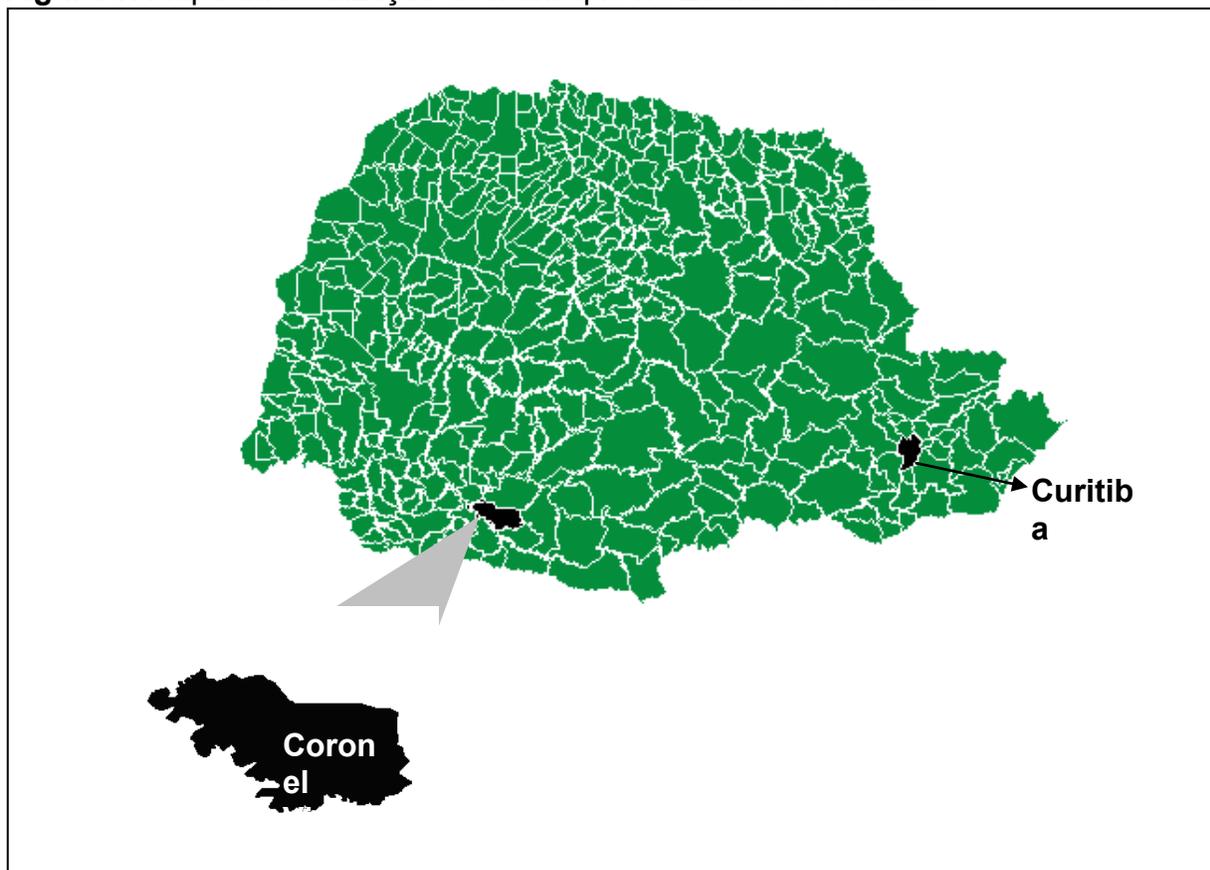
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

1.1 Localização

O município de Coronel Vivida localiza-se no Sudoeste do Paraná, na porção Leste do território. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2006), situa-se geograficamente a 25°58'48" de Latitude Sul e 52°34'4" de Longitude Oeste, estando a uma altitude de 718 metros acima do nível do mar.

A sua extensão territorial é de 683,252 km², dos quais 13,64 km² são de área urbana e 669,12 km² de área rural.

Figura 1. Mapa da localização do Município no Estado do Paraná



Fonte: Associação dos Municípios do Paraná (Consulta no site www.ampr.pr.gov.br, em agosto de 2008). Elaborado pela Consultoria.

Os limites geográficos do Município são (figura 2):

- ao Norte, Chopinzinho e São João;
- ao Sul, Pato Branco;
- a Oeste, Itapejara do Oeste;
- a Leste, Honório Serpa e Mangueirinha.

Figura 2. Municípios limítrofes

Fonte: MapLink (Acesso no site www.maplink.uol.com.br, em agosto de 2008). Elaborado pela Consultoria

1.2 Principais Vias de Acesso

O acesso ao Município ocorre: no sentido Sudoeste para Nordeste, pela BR 158, que corta o Município no sentido Sudoeste/Norte, dando acesso à BR 373, ao município de Chopinzinho (ao Norte) e Pato Branco (a Sudoeste). A PR 566 dá acesso a Coronel Vivida a partir do município de Francisco Beltrão, ligando-se à PR 562 no sentido Oeste/Leste. A BR 373 corta o Município no sentido Sul/Leste, dando acesso à BR 277 que faz o eixo entre a região oeste à capital do Estado e Argentina. A rodovia estadual PR 562 compõe a ligação de Coronel Vivida aos municípios de Honório Serpa, São João e ao Distrito de Vista Alegre. A rodovia PR 566 dá acesso ao município de Itapejara do Oeste e Francisco Beltrão.

Quadro 1. Distâncias e rodovias de acesso, 2007

Pontos de referência	Distância	Rodovias de acesso
Capital (Curitiba)	410 km	BR 158 / BR 373 / BR 277
Aeroporto (Pato Branco)	30 km	BR 158
Porto de Paranaguá	498 km	BR 158 / BR 373 BR 277

Fonte: Prefeitura Municipal, 2007.

Quadro 2. Tipos de solo existentes no Município, 2007

Solo	Porcentagem da área rural
Terra Roxa Estruturada Eutrófica	35%
Latossolo Roxo Eutrófico	30%
Latossolo Roxo Distrófico	5%
Outras Associações de solos	30%

Fonte: Departamento Municipal de Agropecuária, 2007.

O solo basáltico do Município é resultado de milhões de anos de decomposição de rochas de arenito-basáltico originadas do maior derrame vulcânico, causado pela separação da Gondwana - América do Sul e África - datada do período Mezozóico. É caracterizado pela sua aparência vermelho-roxeada inconfundível, devida a presença de minerais, especialmente o ferro.

1.6 Relevo

De acordo com o Mapeamento Geomorfológico do Estado do Paraná da MINEROPAR (Minerais do Paraná), em 2006, o território de Coronel Vivida está inserido na sub-unidade morfoescultural número 2.415, denominado Planalto de Francisco Beltrão, situado no Terceiro Planalto Paranaense, apresentando, desde áreas com baixíssima declividade (0 a -5%), até escarpas com declividade acima de 20%.

1.7 Hidrografia

A hidrografia do Município é constituída das micro bacias do Rio Envolvido e Quietto, Rio Gigante, Rio Jacutinga, Rio Lambedor e Surubim, Rio Barro Preto e Rio Butiá.

Os principais rios são: Barro Preto, Gigante, Quietto, Mirim, Envolvido, Limeira, da Várzea, Caçador, Surubim e Rio Chopim que faz divisa entre Coronel Vivida e alguns municípios. O Rio Gigante é considerado pelos técnicos da Prefeitura, como sendo o rio mais preservado em relação aos demais. O Município também apresenta fonte de água mineral e mais de 90 cachoeiras catalogadas, localizadas no interior do Município.

1.8 Área de Reserva Florestal

Existem duas Unidades Públicas de Conservação Ambiental, inseridas no território municipal: Parque Ambiental Municipal Flor da Serra, na localidade de Flor da Serra, criado em 1997, através do Decreto 1.900/1997, com área de 100,800 m² e Parque Ecológico Municipal Barro Preto, criado pelo mesmo Decreto, com área de 102,850 m².

Além disso, possui nove Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN):

Quadro 3. Reservas Particulares de Patrimônio Natural, 2000

Denominação	Área
RPPN Estadual Lauro Valatti	2,42 hectares
RPPN Estadual Adealmo Ferri	7,90 hectares
RPPN Estadual Ricardo Mior	4,84 hectares
RPPN Estadual Odila Mior	4,84 hectares
RPPN Estadual Vit'Água Clube	7,00 hectares
RPPN Estadual Elza Mior	4,84 hectares
RPPN Estadual Claudino Graff	2,60 hectares
RPPN Estadual Antonio Garbin Neto	4,84 hectares
RPPN Estadual Celso Stédile e outra	30,00 hectares

Fonte: IAP (Instituto Agrônômico do Paraná), 2000.

1.9 Organização Político-administrativa

Coronel Vivida possui um único Distrito denominado Vista Alegre, situado a 17,08 km da sede municipal. A sua organização político-administrativa é aparelhada por setores, subdivididos em comunidades e bairros, demonstradas no quadro a seguir.

Quadro 4. Organização político-administrativa do Município

Setores	Comunidades e Bairros
São Cristóvão	Imaribo, São Nicolau
São José Operário	Industrial, Jardim Primavera I e II, Vila Operária
Madalozzo	Flor da Serra, Linha Padre
Jardim Maria Da Luz	Vila Nova, Novo Horizonte, Bandeirantes, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Camilotti e Santa Catarina
Cristo Rei	Rainha dos Apóstolos, Santa Lúcia, São Pedro e São Sebastião
Jacutinga	Linha Polese, Santo Antônio do Jacutinga e Linha Tortelli
Abundância	Castro Alves, Nossa Senhora da Salete, Nossa Senhora Medianeira e São Raimundo
Caçador	Anita Garibaldi, Santos Dumont, Sagrada Família e São João
Limeira	Anjo da Guarda, Araçá, Santa Terezinha, Jabuticabal, Nossa Senhora do Rosário e Sant'Ana
Rio Quietó	Canarinho do Rio Quietó, La Salle, Mãe Rainha, Santo Antônio, Salto Grande, São Brás e São Miguel Envolvido
Vista Alegre	Bela Vista, Bom Jesus, Santa Isabel, Nossa Senhora Consoladora, São Vicente Pallotti
Barra Verde	Linha Crispim, Linha Mussatto, Vargem Alegre, Nossa Senhora de Fátima e Quatro Irmãos
Palmeirinha	Nossa Senhora da Glória, Santa Bárbara e Navegantes e MTA São Luiz.

Alto Pinhal	Linha Leite, Retiro do Pinhal e São Joaquim
Caravaggio	Nossa Senhora de Lourdes

Fonte: Prefeitura Municipal, 2007.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Fundação

O espaço, Coronel Vívuda, era habitado antes da chegada do europeu à América, pelas nações indígenas Kaigangue, Xoclengue e Guarani. Com o Tratado de Tordesilhas, ficou sob o domínio do El Rey de Espanha, administrada por Álvaro Nunes Cabeça de Vaca. As nações nativas foram subjugadas, escravizadas e organizadas em Reduções Jesuíticas. De 1620 a 1640, as Reduções foram destruídas pelos Bandeirantes e a região, através do Tratado de Madrid de 1750, passou a pertencer à Província de São Paulo, Estado Colonial Português – Brasil.

No início do século XVIII, as vacarias¹, deixadas pelas Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul, são descobertas, dando início ao Tropeirismo², responsável pelas primeiras marcas que determinaram a ocupação do espaço vividense. Desta forma, torna-se impossível tratar a colonização do espaço Coronel Vívuda de forma isolada, sem mencionar o macro-espaço onde este território estava inserido.

No ano de 1852, é criado o município de Guarapuava que compreende quase a metade da Província do Paraná, inclusive o espaço onde está localizado o município de Coronel Vívuda. Em 1853, o Estado do Paraná desmembra-se da Província de São Paulo.

Em 1877, o município de Palmas é elevado à qualidade de freguesia, tendo como primeiro Intendente o Coronel Firmino Teixeira Baptista, mais conhecido como o "Coronel Vívuda". Em 1879, Palmas torna-se município e o espaço vividense passa a pertencer à jurisdição de Palmas.

Em 30 de novembro de 1946, Mangueirinha torna-se município e a gleba denominada Patrimônio Barro Preto ou Núcleo Barro Preto, que compunha o distrito de Chopinzinho, passa a fazer parte do município de Mangueirinha.

O Núcleo Barro Preto e Chopinzinho formavam a Colônia Militar do Chopim, desde o momento de sua criação, no ano de 1859. Com a criação do Território Federal do Iguaçu, por Getúlio Vargas, em 1943, cuja capital era Laranjeiras do Sul, a Colônia Militar do Chopim passa a ser denominada Distrito Santiago Dantas, em homenagem a um amigo de Getúlio Vargas. Em 1946, no momento de votação da nova

¹ Vacaria era o nome dado a grandes extensões de campos, onde missionários Jesuítas das Reduções e dos Sete Povos das Missões colocavam seus rebanhos, para se criarem soltos, alçados, formando reservas para suas estâncias.

² Tropeirismo (condução de animais soltos ou de mercadorias em lombos de animais arriados) ciclo da maior importância para a economia e a fixação do homem no interior do Brasil.

constituição, é extinto o Território Federal do Iguaçu e o Distrito Santiago Dantas, a qual o território vividense pertencia, passa a ser chamado de Distrito de Chopinzinho.

Em 1952, Barro Preto torna-se distrito autônomo, desvinculado do Distrito de Chopinzinho. Barro Preto teve a sua denominação mudada para Coronel Vivida, devido aos interesses políticos emancipacionistas predominantes na época, pois o Coronel Vivida era avô de João Pimpão Ferreira, prefeito do município de Mangueirinha, e do Dr. Antônio Batista Dias, que fazia parte do Governo do Estado do Paraná, amigo dos políticos que dominavam a região na época. Coronel Vivida, desmembrado do Distrito de Chopinzinho pela Lei Estadual nº 253, de 2 de dezembro de 1954, torna-se Município, sendo instalado em 14 dezembro de 1955.

2.2 Histórico do Nome

Há duas versões sobre a denominação do Município: uma lendária e outra de origem histórica.

Versão lendária: em 1920, o atual território de Coronel Vivida era caminho de tropas, pelo qual passavam safras de porcos e de gado. Havia um tropeiro que sempre passava pela localidade de Barro Preto. Ele era uma pessoa franzina e que conquistava a simpatia de todo o povoado. No entanto, ele tinha um pequeno problema: era gago. Assim, toda vez que chegava ao povoado, ia saudando todos, dizendo: - "Como vá vai a vivida?". Esta saudação lhe rendeu, por parte da comunidade local, a denominação de Coronel Vivida. Quando Coronel Vivida desapareceu do povoado, os colonizadores, que estavam acostumados com sua presença, resolveram homenageá-lo, denominando o espaço de Barro Preto, de Coronel Vivida.

Versão histórica: o nome do Município representa uma homenagem ao Coronel Firmino Baptista, filho de Antônio Dias Baptista e Maria do Nascimento Teixeira de Azevedo. Firmino fixou-se nos campos de Palmas onde adquiriu terras e ali formou a "Estância Nova", tendo sido: tropeiro, presidente da Intendência Municipal de Palmas, o vereador mais votado para assumir a Presidência da Câmara. Também foi ele que anunciou a inauguração da Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas, em 14 de abril de 1879. Na Revolução Federalista, tornou-se um dos chefes federalistas, nomeado pelo governador como Coronel Comandante Superior. Ficou conhecido como "Coronel" devido ao seu posto militar, recebido pelo Governador, e como "Vivida", pelo apelido carinhoso dado por sua mãe.

2.3 Pioneiros

No início do século XX, com a crise da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ocorreu a migração de gaúchos e catarinenses descendentes de italianos, alemães e poloneses para o território de Coronel Vivida. A hidrografia da região impulsionou a fixação da população, visto que os colonizadores estabeleceram-se nas proximidades dos rios, facilitando a obtenção de água e o transporte. O povoamento partiu de Palmeirinha, Rio Jacutinga, deslocando-se para o entorno do Rio Barro Preto – Coronel Vivida.



Algumas famílias consideradas pioneiras do Município são: Ancilheiro, Bachmann, Balbinot, Basseto, Bergamaski, Berger, Bertotti, Bordin, Brustolin, César, De Carli, Ferri, Fistarol, Fleck, Freitas, Hoffmann, Inácio de Lima, Karpinski, Krambeck, Lazzarin, Martinazzo, Mezzomo, Munaretto, Nepomuceno, Nichele, Oliveira Santos, Panatto, Pasqualotto, Pezzavento, Pizoni, Polese, Poletto, Prebianca, Rokembak, Schiavini, Stédile, Weiss e Zeni.

2.4 Símbolos Municipais

Os símbolos municipais de Coronel Vivida (Brasão, Bandeira e Hino Municipal), foram criados por meio da Lei Municipal nº 506/72, de 3 de setembro de 1972.

Brasão Municipal. O Brasão é de autoria do heraldista Arcinóe Antônio Peixoto de Faria, da Enciclopédia Heráldica Municipalista. Possui a seguinte interpretação: o escudo samnítico representa o Brasão de Armas de Coronel Vivida, a coroa mural que o sobrepõe é o símbolo universal dos brasões de domínio que, sendo de argente (prata), de oito torres, das quais apenas cinco são visíveis em perspectiva no desenho, classifica a cidade representada na Segunda Grandeza, ou seja, sede da Comarca. A cor sinopla do campo do escudo é símbolo heráldico de civilidade, honra, cortesia, alegria, abundância; é a cor simbólica da esperança. Em abismo (centro ou coroação de escudo), o escudete do argente (prata) carregado de um leão rompante (batalhante) de goles (vermelho), significa o amor-pátrio, dedicação, audácia, intrepidez, coragem, valentia. Os pinheiros acantonados lembram as riquezas oriundas da indústria extrativa da madeira, uma das expressões econômicas do Município, na época. O metal ouro é símbolo de glória, esplendor riqueza, grandeza, soberania. Nos ornamentos exteriores, o milho e o trigo lembram os principais produtos da terra fértil, representando também importante papel na economia municipal. No listel de goles (vermelho), em letras argentinas (prateadas), inscreve-se o topônimo identificador “Coronel Vivida” ladeado da data “14/12/1955” de sua emancipação política.

Figura 4. Símbolos municipais – Brasão e Bandeira



Fonte: Prefeitura Municipal, 2007.

Bandeira Municipal. A Bandeira Municipal é de autoria do heraldista Arcinóe Antônio Peixoto de Faria, da Enciclopédia Heráldica Municipalista. Esquartelada em faixas, os quartéis na cor verde, são constituídos por três faixas horizontais brancas, carregadas de sobrefaixas vermelhas, que partem de um triângulo lateral esquerdo, branco, onde o Brasão Municipal é aplicado, tendo o triângulo, por base, a própria tralha da Bandeira.

O Brasão, constante na Bandeira, simboliza o Governo Municipal e o flanco quartel triangular branco onde é aplicado, representa a própria cidade sede do Município. As faixas que partem desse flanco quartel, dividindo o campo da bandeira em quartéis, simbolizam a irradiação do Poder Municipal a todos os quadrantes de seu território.

Hino Municipal. Para a escolha do Hino do Município, foi realizado em 3 de outubro de 1979, um concurso, tendo como vencedores: Francisco Pereira da Silva (letra) e Sebastião da Silva (música). O Hino foi oficializado em 14 de dezembro de 1980. Os arranjos atuais são de Edmilson Evangelista Durães e Severino O. e Silva. Os versos que compõem a letra do Hino são:

Barro Preto de outrora, tua vida...
Transformou-se depressa. É o labor!
Hoje és o Coronel Vivida
Um motivo de orgulho maior
Tens o nome de um vanguardeiro
Que esta gleba pujante domou;
Sempre a sombra de Altivo Pinheiro,
Que um progresso fecundo marcou!
Tens a graça de oculta princesa,
A doçura de agreste jardim;
És a noiva, com toda certeza...
Desse rio caudaloso, o Chopim!
Ó celeiro de um grão sudoeste
No milagre do abastecer.
Que este canto, mais galas te empreste
Tu, que anseias, mais bela, viver!
Ó esperança dos filhos de agora,
Sempre unidos, o teu povo será;
Imitemos, pioneiros de outrora...
Pois que somos, também Paraná!

3. ASPECTOS POPULACIONAIS

A população do Município é constituída pelos seguintes grupos étnicos: aproximadamente, 70% de italianos; 10% de alemães; 5% de poloneses e 5% de caboclos, indígenas e africanos. A população europeia do Município é oriunda do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pós-crise da agricultura familiar nesses Estados.

Quadro 5. População total do Município, 1970/2000

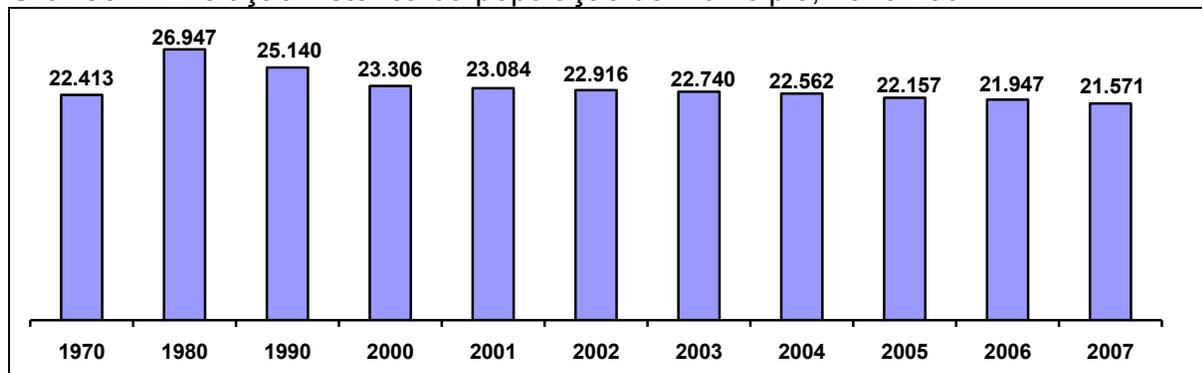


Ano	População Urbana	População Rural	Feminina	Masculina	População Total
1970	3.607	18.806	10.942	11.471	22.413
1980	10.126	16.821	13.265	13.682	26.947
1990	12.339	12.801	12.637	12.503	25.140
2000	14.732	8.574	11.724	11.582	23.306

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – Censos demográficos.

Os dados apresentados no Quadro 5, revelam um grande êxodo rural ocorrido no período de 1970 a 2000, bem como a diminuição da população a partir da década de 1980 e que se manteve até a realização da última contagem da população realizada pelo IBGE em 2007.

Gráfico 1. Evolução histórica da população do Município, 1970/2007



Fonte: IBGE – Censos demográficos e estimativas.

Quadro 6. Índices municipais, 2000

Informação	Índice
Esperança de vida ao nascer	74 anos
Taxa de alfabetização de adultos	88%
Taxa bruta de frequência escolar	80%
Renda <i>per capita</i>	R\$ 194,85
Longevidade (IDHM-L)	0,816
Educação (IDHM-E)	0,855
Renda (IDHM-R)	0,653
Desenvolvimento Humano (IDHM)	0,775
Classificação em IDHM no Paraná	72°
Classificação em IDHM no País	1.176°

Fonte: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), FJP (Fundação João Pinheiro), 2000.
Siglas: IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Quadro 7. Eleitores, segundo sexo e faixa etária, 2006

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Não informado	Total
--------------	-----------	----------	---------------	-------

De 16 a 17 anos	286	260	-	546
De 18 a 24 anos	1.617	1.494	-	3.111
De 25 a 34 anos	1.812	1.794	-	3.606
De 35 a 44 anos	1.750	1.759	06	3.515
De 45 a 59 anos	1.932	2.022	16	3.970
De 60 a 69 anos	732	806	05	1.543
De 70 e mais anos	635	643	06	1.284
Idade ignorada	21	29	-	50
Total	8.785	8.807	33	17.625

Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral), 2006.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O desenvolvimento econômico do Município ainda está basicamente ligado às culturas anuais de grãos (milho, trigo, soja e feijão), de forma convencional com o predomínio de pequenas propriedades. Existem, aproximadamente, 4.000 propriedades, das quais 80% são consideradas pequenas e médias com 10.2 hectares e 20% são consideradas grandes. Ao todo, são 42 comunidades, constituídas por 3.661 famílias, das quais 90% possuem edificações de igrejas, escolas, cemitérios, clubes, mini-postos de saúde, escolas rurais e telefone público.

As maiores propriedades estão localizadas nas comunidades de Abundância, Vista Alegre e Bergamaschi e as menores, nas comunidades de Alto Alegre, Alto Pinhal e Flor da Serra, próximas às rodovias que ligam o Município às cidades vizinhas.

A característica marcante das propriedades rurais é a utilização de mão-de-obra familiar ou de terceiros, na parceria da produção.

O Distrito de Vista Alegre, com uma população de 1.593 habitantes, conta com as melhores terras para produção de grãos.

Além da agricultura e da pecuária, destaca-se a produção de hortaliças e frutas comercializadas no próprio Município. A bovinocultura de leite vem obtendo uma produção significativa, produzindo, em média, 19.575.832 litros por ano, proporcionando ao produtor uma renda mensal maior num menor período de tempo. O trigo, o feijão e a cevada estão sofrendo uma redução de produtividade devido às intempéries climáticas.

Com incentivo da EMATER (Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), o Município desenvolve áreas de reflorestamento em 118 propriedades, totalizando uma área de 650 hectares, que atendem parte da demanda interna: indústrias moveleiras, fábricas de papel e aviários.

A EMATER e o Departamento Municipal de Agricultura realizam vários programas em prol da categoria, como: Programas de Fruticultura (videira), Reviva Floresta, Melhoramento Genético em Bovinos de Leite, Combate a formigas, Agroindustrialização – CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de

Grupo) - Educação de Jovens - Casa Familiar Rural - Floresta Gera Renda, Mata Ciliar, Mecanização Agrícola, Cursos de Capacitação e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF),

para crédito de custeios e investimentos agropecuários.

A CEPAGRO trabalha com a agroindustrialização de animais produzidos na região, transformando-os em embutidos e cortes de carnes, que são embalados e comercializados na região, bem como fornece cursos de processamento de carnes seguindo normas e padrões do Ministério da Agricultura.

Na agricultura familiar, a proporção de agricultores que dedicam-se à produção de leite é elevada e tem importância estratégica na composição das receitas da propriedade pelo seu caráter de produção diária, ainda que não seja a atividade principal.

Quadro 8. Produção municipal, 2005

Item	Produção	
Produção de Milho	65.240	toneladas
Produção de Soja	20.340	toneladas
Produção de Trigo	8.700	toneladas
Bovinos	40.825	cabeças
Eqüinos	850	cabeças
Galinhas	222.000	cabeças
Ovinos	2.600	cabeças
Suínos	6.25	cabeças

Fonte: IBGE, 2005.

A Associação dos Produtores de Leite de Coronel Vivida, a APROLEITE, possui um tanque isotérmico, financiado pelo PRONAF e um caminhão para coleta de leite, doado pela Prefeitura Municipal. A Associação estima recolher de 4 a 5 mil litros de leite, diariamente, e vendê-los, mediante contrato anual, para a indústria.

Os produtores rurais do Município participam de associações e cooperativas, como: COPAFI (Cooperativa de Agricultura Familiar Integrada), CLAF (Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar), COPERLATE VIDA, CEAVI (Central de Associações de Agricultores Vividenses) e COAMO (Cooperativa Agropecuária Mourãoense).

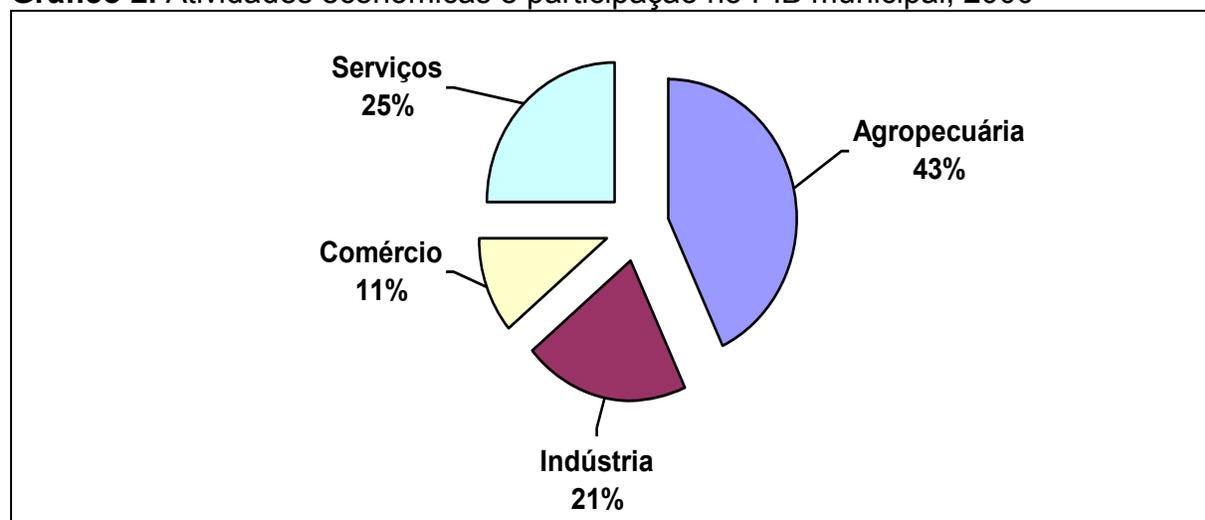
Quadro 9. População ocupada, segundo as atividades econômicas, 2000

Atividades Econômicas	Número de pessoas
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestas e pesca	4.643
Indústria de transformação	1.790
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	1.219
Serviços domésticos	787

Construção	453
Transporte, armazenagem e comunicação.	356
Educação	353
Administração Pública, defesa e seguridade social.	311
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	311
Intermediações financeiras, atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados a empresas.	266
Alojamento e alimentação	211
Atividades mal definidas	151
Saúde e Serviços Sociais	128
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	86
Total	11.065

Fonte: IBGE, 2000.

Gráfico 2. Atividades econômicas e participação no PIB municipal, 2000



Fonte: IBGE, 2000.

O levantamento dos indicadores municipais demonstra que, comparativamente, o IDH-M e a Renda *per capita* de 1991 a 2000 tiveram um crescimento considerável:

- o crescimento no índice do IDH-M em 2000 só não foi maior pelo baixo índice de renda *per capita* do Município, que permaneceu abaixo dos demais componentes do índice municipal;
- a renda *per capita* municipal, mesmo tendo um crescimento em 2000, ficou sendo a pior entre os dez municípios da microrregião de Pato Branco.

Quadro 10. Indicadores sociais do Município, 1991/2000

Indicador	1991	2000
IDH-M	0,701	0,775
Renda <i>per capita</i> média (R\$ em 2000)	146,50	194,80

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD), 2000.

Os indicadores econômicos demonstram que o Município obteve um crescimento bastante expressivo do PIB *per capita* de 2000 para 2003, muito acima do PIB *per capita* Paraná e Brasil. No entanto, de 2003 a 2004, o PIB municipal decresceu -2,25%, enquanto que os PIBs *per capita* Paraná e Brasil cresceram, respectivamente, 8% e 12%.

Quadro 11. Indicadores econômicos, 2000/2004

Indicador	2000	2003	2004
PIB Municipal (R\$ mil)	96.575.514	166.618.224	162.116.511
PIB <i>Per Capita</i> Municipal (R\$ mil)	4.165	7.416	7.249
PIB <i>Per Capita</i> Estadual (R\$ mil)	6.847	9.891	10.725
PIB <i>Per Capita</i> Brasil (R\$ mil)	6.430	8.694	9.729

Fontes: IBGE / IPARDES.

Quadro 12. Tipos de estabelecimentos instalados no Município, 2005 (continua)

Tipo de Estabelecimento	Quantidade	Número de pessoas trabalhando
Indústria de extração de minerais	01	02
Indústria de produtos minerais não metálicos	02	05
Indústria metalúrgica	07	31
Indústria mecânica	02	22
Indústria de materiais de transporte	04	04
Indústria da madeira e do mobiliário	22	227
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	02	102
Indústria da borracha, fumo, couro, peles	05	76
Indústria química, produtos farmacêuticos, veterinários, perfumes, sabões, velas e materiais plásticos	02	05
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	04	20
Indústria de calçados	01	01
Indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico	11	94
Comércio varejista	169	716
Comércio atacadista	11	69

Quadro 12. Tipos de estabelecimentos instalados no Município, 2005 (encerra)

Tipo de Estabelecimento	Quantidade	Número de pessoas trabalhando
Serviços industriais de utilidade pública	11	56

Instituições de créditos	06	33
Administradoras de imóveis	23	116
Transporte e comunicações	19	49
Serviços de alojamento, alimentação	42	191
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	10	31
Total	354	1.850

Fonte: MTE-RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais), 2005.

5. ASPECTOS CULTURAIS

5.1 Principais Eventos

Festivais de Música. Os Festivais de Música já se tornaram uma tradição no Município, motivados pela cultura dos grupos étnicos existentes. Os principais Festivais são: FEIN – Festival da Independência, (em 2008 acontece a 22ª edição); FEMUART – Festival Municipal de Artes; FESCANTO – Festival Estudantil da Canção do Colégio Estadual Arnaldo Busato; FESTINVERNO (Coronel Vivida Country Clube– Festival Musical de Inverno, reativado em 2000; FESTINAEs – Festival do Núcleo Avançado de Estudos Supletivo e Festival de Bandas e Fanfarras.

Festas Religiosas. Como a etnia predominante do Município é de origem italiana, existe um ciclo de festas religiosas católicas que acontecem durante o ano em comemoração aos santos padroeiros de cada comunidade e da sede municipal. Dessas, as mais importantes são a Festa de São Cristóvão e a Festa de São Roque – Padroeiro do Município, que dura oito dias.

Festas Juninas. As festas juninas realizadas, a princípio na Europa, pelos colonos em comemoração à colheita, foram incorporadas à tradição das comunidades do Brasil. No Município, estas festas são coordenadas pelas escolas e pelas APMF's (Associações de Pais, Professores e Mestres).

Festa do Milho. Trata-se de um evento realizado a cada dois anos, com exposição do comércio, artes plásticas, artesanato, patrimônio histórico, shows e pratos típicos do milho nos últimos anos não vem sendo realizada.

Festa do Kerb. Originária da tradição alemã, esta Festa era um sucesso em Coronel Vivida, onde as pessoas podiam assistir as danças, ouvir as bandinhas alemãs e se deliciar com os pratos típicos como: streusselkuchen (cuca) com wurst (lingüiça), schweinebraten (assado de porco), meldoss (doce da farinha de trigo), stergdoss (doce de polvilho), e a conhecida spritzbier (cerveja caseira) para os adultos. No entanto, nos últimos anos não vem sendo realizada.

Semana Farroupilha. É uma festa gaúcha que trata do tema: Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha. No mês de setembro são realizados vários eventos em uma única festa, além das comidas típicas, rodeios, baile, a Mateada¹ na Praça, que é realizada através da Associação Tropeirista e a Tropeada, que

¹ Mateada: antigamente, designava a reunião de peões para tomar chimarrão durante o transporte de gado. Hoje, é a denominação das festas tradicionais.

é realizada através da Associação Tropeirista e a Tropeada, que percorre o caminho das Tropas.

Rodeio Interestadual. O rodeio é realizado todos os anos, no Piquete São Rafael.

Expovivida. Feira da Indústria e Comércio de Coronel Vivida.

Festa das Mulheres. Festa com brincadeiras, danças e concursos, realizada estritamente para o público feminino, no mês de março, em comemoração ao dia da mulher.

Festa do Aniversário do Município. A festa de emancipação político-administrativa do Município tem início no dia primeiro de dezembro e termina no dia 14 de dezembro, com inaugurações, jantares típicos, shows artísticos e pirotécnicos. O dia 14 de dezembro é declarado feriado municipal.

Natal de Luzes. As luzes de natal na cidade são ligadas no dia 14 de novembro. No período de 14 de dezembro a 22 de dezembro, também acontecem outras atividades, tais como: shows de corais, solos, teatro na praça, concurso de ornamentação de vitrines e casas, passeio de trenzinho do Papai Noel e brincadeiras com as crianças.

5.2 Principais Locais Utilizados para a Realização dos Eventos

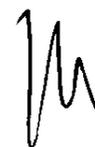
- Centro Social do Complexo Esportivo Barro Preto;
- Centro Cultural Professor Benedito Rakowski;
- Centro Comunitário da Igreja Matriz São Roque;
- Centro Social do Coronel Vivida Country Clube;
- Centro Social das Comunidades de Bairros;
- Clube dos Idosos;
- Associação dos Motoristas Vividenses – AMOVI;
- CTG – Centro de Tradições Gaúchas;
- Centro Social das comunidades do interior do Município;
- Colégios e Escolas;
- Associação Atlética Banco do Brasil – AABB;
- Associação dos Servidores Públicos Municipais de Coronel Vivida – ASSOCELVI;

5.3 Principais Espaços Culturais do Município

Biblioteca Pública Municipal. A Biblioteca foi fundada no dia 26 de abril de 1958, pelo Prefeito Paulino Stédile. Possui um acervo de mais ou menos 6.000 livros.

Centro de Tradições Gaúchas (CTG). O CTG Querência do Barro Preto foi inaugurado no dia 24 de outubro de 1988, sob o lema "Na história de um povo a tradição é nosso sinuelo".

Associação Tropeirista União Gaúcha. A Associação teve a sua origem em setembro de 2000, quando foi realizada a Mateada em comemoração à Semana Farroupilha. Os seus idealizadores foram João Gervalino Amaral da Rosa e Inério



Krambeck. A Associação promove a tropeada com o objetivo de preservar a tradição dos desbravadores, que no lombo de seus cavalos transportavam a esperança na busca por novas terras para trabalhar.

Clube dos Idosos. Representa a história viva de Coronel Vivida, pois a maioria dos atores principais e coadjuvantes da colonização do Município, participa do Clube dos Idosos. Nele são realizadas festas, bailes, matinês, palestras, ginástica, entre outras atividades.

Escola de Música. A Escola de Música Betel, criada em 1992, oferece cursos de piano, teclado, órgão eletrônico, violão popular e clássico, guitarra, baixo, violino, flauta doce, canto, teoria musical, bateria e saxofone. É registrada e reconhecida pela Associação das Escolas de Música do Paraná (AEMP).

5.4 Principais Grupos Culturais

Banda Municipal. A Banda Municipal Édimo Perin iniciou no ano de 1992, contando com um total de 28 músicos, tendo sua primeira apresentação no dia 22 de julho, desse mesmo ano. Foi fundada e regida até o ano de 2008 pelo Maestro Izaltino Onofre de Souza.

Coral Infantil Municipal. O Coral Infantil Municipal teve seu início em 22 de setembro de 2005. Conta com a participação de 50 crianças sob a regência do professor Marcelo Heemann.

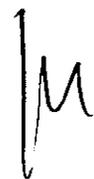
Grupo Teatral. Apesar de várias oficinas de expressão corporal e teatro desenvolvidos no Município, os grupos não têm dado continuidade depois do grande sucesso obtido pelo Grupo Teatral Luzes da Ribalta, coordenado por Walmor Galina, que representou o Município em todo o Estado do Paraná.

Grupo de Capoeira. O Grupo de Capoeira Zoeira Nagô existe desde 1996, tendo iniciado com o Mestre Xinho. Atualmente (2008) é coordenado pelo professor Mozart.

Coral da APMI. O Coral, formado por crianças de famílias de menor poder aquisitivo, participa das Festividades do Município.

5.5 Artes Plásticas e Artesanato

O artesanato é bastante desenvolvido por meio dos Clubes de Mães e ARTEVIDA(que realizam oficinas para que a comunidade possa aprender e comercializar os seus produtos. Também existem muitos artistas plásticos no Município que trabalham com pintura, escultura e entalhe.



5.6 Canais de Comunicação

Circulam no Município, os jornais:

- Gazeta do Povo, com distribuição diária e circulação estadual, editado em Curitiba;
- O Estado do Paraná, de circulação estadual e distribuição diária, editado em Curitiba;
- Correio de Notícias, com distribuição diária e circulação estadual, editado em Curitiba;
- Folha de Londrina, de circulação regional e distribuição diária, editado em Londrina;
- Folha da Manhã, com distribuição semanal e de circulação nacional, editado em Porto Alegre;
- Correio do Povo, com distribuição diária e circulação estadual, editado em Porto Alegre;
- Gazeta do Sudoeste, de circulação regional, com distribuição semanal e editado em Pato Branco;
- Correio do Paraná, com circulação regional e distribuição semanal, editado em Pato Branco;
- Diário do Sudoeste, órgão oficial do Município, editado em Pato Branco;

Os canais de televisão com sistema de repetição de imagens são da: Televisão Cataratas (Rede Globo); Tarobá (Rede Bandeirantes); Televisão Sudoeste (Rede TV) e Naipi (Rede SBT).

A comunicação via voz, acontece através da Rádio Vicente Palotti Ltda (1.090 Khz – AM) e Rádio Voz do Sudoeste Ltda (690 Khz – AM). O acesso a rádios com transmissão FM, é das emissoras: Vizinhança FM, de Dois Vizinhos e Movimento FM, de Pato Branco.

O serviço de internet é por Banda Larga, Transmissão Discada e Via Rádio. O sinal tipo “Banda Larga” é fornecido pela Brasil Telecom. A empresa WLN (World Line Net), localizada em Francisco Beltrão, oferece o serviço de acesso à internet pelo sistema de sinal Via Rádio e Internet Discada, representada pela empresa Exata Informática. Não há sistema de internet grátis no Município.

5.7 Academias

A Academia Arte e Forma, instalada em 1997, oferece atividades como ginástica e danças modernas.

A Academia Biodinâmica, criada em 1998, oferece aulas de musculação, personal trainer, ginástica localizada, alongamento, ballet clássico, baby class e jazz dance.

A Academia D'Stack, instalada em 2005, oferece atividades como: aulas de aero jump, axé, dança infantil, personal trainer, musculação e ginástica localizada.



5.8 Esportes

Os principais esportes praticados são: futebol de campo, futsal, basquetebol, bocha, bolão e karatê.

O Complexo Esportivo Barro Preto, localizado na sede municipal, com capacidade para 2.000 pessoas, possui quadra esportiva, campo de futebol e pista de atletismo. Nele, são realizadas atividades como: escolinhas, treinamentos e jogos oficiais nas modalidades de voleibol, basquetebol, futsal e handebol.

O Ginásio Esportivo Karina e Dorian Mezzomo, com capacidade para 400 pessoas, realiza atividades como: escolinhas, treinamentos e jogos oficiais nas modalidades de futsal e basquetebol.

Além destes espaços existem também:

- um mini ginásio no Bairro São Cristóvão;
- um mini Ginásio no Bairro Fleck;
- um mini ginásio no Bairro Madalozzo;
- quadras poliesportivas cobertas nas comunidades rurais de Vista Alegre, Abundância e Santa Lúcia;
- diversos espaços para jogo de bocha na sede municipal e em todas as comunidades do interior, como também para a prática do jogo de bolão.

6. ASPECTOS TURÍSTICOS

O Município possui um grande potencial turístico devido ao seu relevo e hidrografia que propiciam a formação de cachoeiras, grutas e *canyons*, como também a preservação de parte da vegetação nativa, como a Reserva de Araucária Angustifólia que é a parte da última Reserva de Araucária Angustifólia (Pinheiro do Paraná).

A Cratera de Impacto em Vista Alegre é um outro ponto turístico, localizada no Distrito de Vista Alegre e descoberta em 1994, por pesquisadores da Universidade de Campinas (UNICAMP) e confirmada por especialistas da MINEROPAR. A cratera possui uma dimensão de 9,5 quilômetros de diâmetro e com bordas a uma altura média de 700 metros.

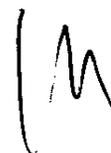
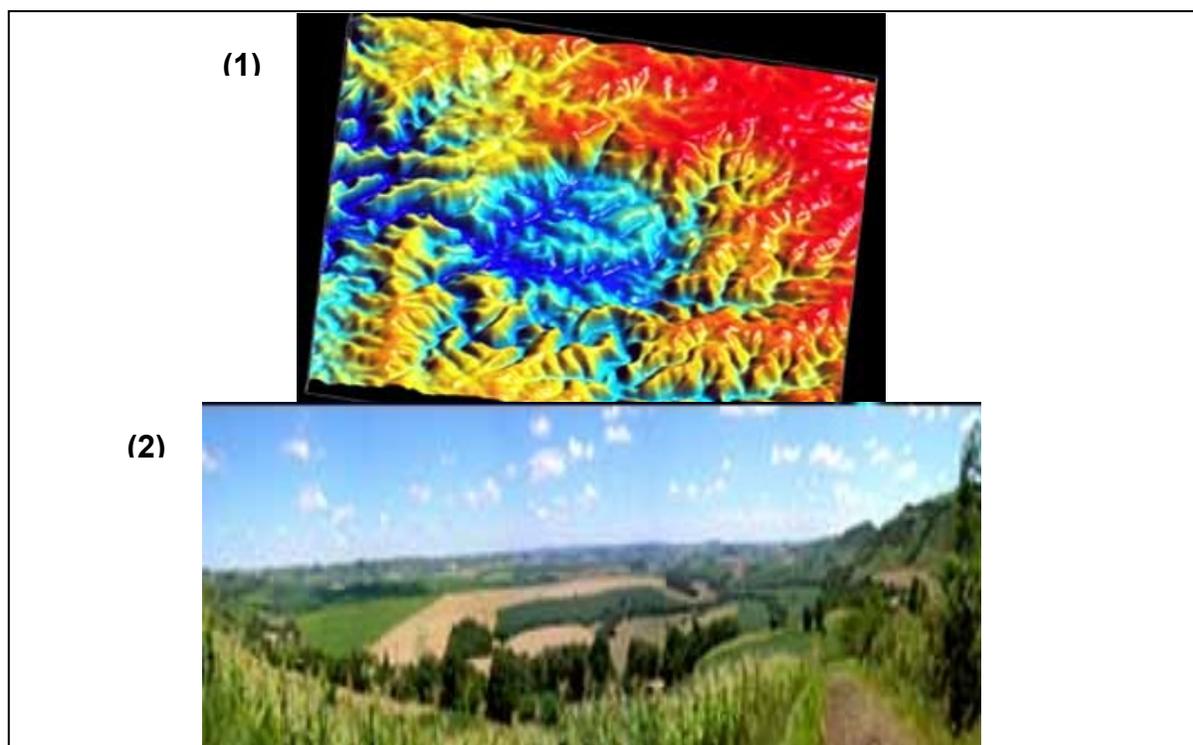


Figura 5. Foto da Cratera de Impacto no Distrito de Vista Alegre



Fonte: Ciência Hoje (Consulta no site www.cienciahoje.uol.com.br, em novembro de 2008).

(1) Imagem de satélite da cratera encontrada em Vista Alegre

(2) Foto tirada da borda da cratera que tem quase dez quilômetros de diâmetro.

7. ASPECTOS EDUCACIONAIS

7.1 Estabelecimentos de Ensino

A rede municipal de ensino é formada por:

- três centros de Educação Infantil localizados na zona urbana, atendendo crianças na faixa etária de zero a cinco anos;
- dois núcleos rurais que congregam a Escola Rural Municipal Santa Lúcia e a Escola Rural Municipal Maria da Luz;
- oito escolas localizadas na zona urbana.

Quadro 13. Estabelecimentos de ensino da rede municipal, 2008 (continua)

Denominação	Localização	Ano de Criação	Nível de Ensino que oferta	Situação do prédio escolar
1. Centro Municipal de Educação Infantil Aquarela	Bairro São José Operário	1995	EI	Próprio
2. Centro Municipal de Educação Infantil Arco-Íris	Bairro São Luiz	1996	EI	Próprio
3. Centro Municipal de Educação Infantil Primavera	Bairro Primavera	1996	EI	Próprio
4. Escola Rural Municipal Maria da Luz	Localidade de Abundância	1954	EF	Compartilhado

5. Escola Rural Municipal Santa Lúcia	Localidade de Santa Lúcia	1993	EF	Compartilhado
6. Escola Municipal Juventino Rufatto	Bairro Industrial	1991	EF	Compartilhado
7. Escola Municipal Dr. Ulisses Guimarães	Bairro Jardim Maria da Luz	1992	EI, EF	Próprio

8. Escola Municipal Presidente Kennedy	Bairro Madalozzo	1970	EI, EF	Próprio
9. Escola Municipal Prefeito Paulino Stédile	Centro	1957	EI, EF	Próprio
10. Escola Municipal São Cristóvão	Bairro São Cristóvão	1984	EF	Próprio
11. Escola Municipal Sete de Setembro	Bairro São João	1976	EF	Próprio
12. Escola Municipal Tiradentes	Bairro São José Operário	1984	EI, EF	Próprio
13. Escola Municipal Vista Alegre	Distrito Vista Alegre	1992	EI, EF	Compartilhado

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2008 e Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).

Siglas: EI – Educação Infantil; EF – Ensino Fundamental.

A rede estadual é composta por cinco instituições de ensino, dos quais duas localizam-se no espaço rural e três na zona urbana. Quatro prédios são compartilhados com o Município.

Quadro 14. Estabelecimentos de ensino da rede estadual, 2008

Denominação	Localização	Ano de Criação	Nível de Ensino que oferta	Situação do prédio escolar
1. Colégio Estadual Arnaldo Busato	Centro	1975	EF, EM	Próprio
2. Colégio Estadual Castelo Branco	Bairro Vista Alegre	1950	EF, EM	Compartilhado
3. Colégio Estadual do Núcleo de Santa Lúcia	Localidade de Santa Lúcia	2003	EF, EM	Próprio
4. Colégio Estadual Tancredo Neves	Vila Industrial	1989	EF, EM	Compartilhado
5. Escola Estadual Duque de Caxias	Localidade de Abundância	1985	EF	Compartilhado

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2008 e Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio.

A rede privada é composta por três instituições de ensino, duas particulares filantrópicas.

Quadro 15. Estabelecimentos de ensino da rede privada, 2008

Denominação	Localização	Ano de Criação	Nível de Ensino que oferta	Situação do prédio escolar
1. Colégio Futura	Bairro Bela Vista	1997	EI, EF	Próprio
2. Escola Nova Visão	Bairro Bela Vista	1979	EI, EF	Próprio
3. Escola de Educação Especial Mundo Feliz	Centro	1989	EE	Próprio

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2008 e Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).

Siglas: EI – Educação Infantil; EF – Ensino Fundamental; EE – Educação Especial.

7.2 Infra-estrutura dos Estabelecimentos de Ensino

Quanto à infra-estrutura dos três Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) e das cinco escolas municipais que ofertam a Educação Infantil, verifica-se que há necessidade de melhoria dos espaços como sala para o desenvolvimento de atividades lúdicas/pedagógicas, área verde, tanque de areia, lactário e local adequado para amamentação. Outro aspecto observado é a falta de material didático pedagógico.

Nas escolas municipais, os pontos de eficácia que merecem destaque são: pintura dos prédios escolares; salas com ventilação e iluminação; água filtrada ou tratada; espaço para recreação; sala para professores; mobiliário adequado à faixa etária; instalações e equipamentos para o preparo dos alimentos; material pedagógico de apoio ao aluno; material pedagógico de apoio ao professor e quadra de esportes.

Os pontos problemáticos destas instituições de ensino são: inadequação da estrutura física para o atendimento às características das crianças com necessidades educativas especiais, como rampa, corrimão, instalações sanitárias, sinalizações, entre outros, e falta de espaço apropriado para refeitório.

Nas escolas públicas estaduais há a necessidade de um maior investimento em material pedagógico e acervo bibliográfico para alunos e professores. Na área de informática constata-se o difícil acesso dos alunos aos equipamentos, além da necessidade de adequação do espaço físico para atender a clientela portadora de necessidades especiais.

Os pontos de eficácia que se destacam são: salas ventiladas e iluminadas, salas para professores, salas para serviços administrativo-pedagógicos e de apoio, salas com visão para o ambiente externo, água filtrada ou tratada, instalações para preparo dos alimentos, quadra de esportes, espaço para recreação, espaço coberto para a prática de atividades extraclasse e espaço para refeitório.

Na rede privada, as escolas que possuem laboratório de informática não proporcionam o acesso a todas as crianças, existem poucas pessoas, no ambiente escolar, que possuem conhecimento básico de informática; os aparelhos de televisão, vídeo, som e DVDs não atendem a demanda; falta refeitório com mesas, cadeiras, pratos e talheres na maioria das escolas.

III - DIRETRIZES GERAIS

Os preceitos legais existentes na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), definiram o papel do município, como ente federativo autônomo, na questão da formulação e da gestão da política educacional. Essas medidas legais definiram também, claramente, a colaboração e parceria entre a União, os Estados e os municípios, como sendo a mais apropriada para viabilizar a oferta de uma educação eficiente, eficaz e não-excludente.

De acordo ainda com a LDB, as três esferas devem atuar em "regime de colaboração", cabendo à União coordenar a política nacional de educação e exercer funções, normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias; os Estados devem "assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio" e os Municípios devem "oferecer a Educação Infantil e, com prioridade, o Ensino Fundamental".

Partindo desta premissa, o Plano Municipal de Educação de Coronel Vivida, consolida-se em um documento-referência da política educacional a ser adotada nos próximos dez anos, tendo como objetivos primordiais:

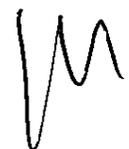
- Definir as políticas e as diretrizes para todos os níveis e modalidades de ensino;
- Dimensionar a presença da atuação estadual e os recursos financeiros envolvidos no atendimento das prioridades do Município;
- Organizar sistematicamente as ações da Secretaria Municipal de Educação;
- Constituir-se em um instrumento hábil de negociação de parcerias;
- Garantir coerência e transparência nas ações desencadeadas pela Secretaria Municipal de Educação;
- Garantir a aplicação criteriosa dos recursos da Educação;
- Garantir a legitimidade social;
- Constituir-se em um instrumento capaz de exigir o cumprimento das suas metas;
- Evitar a descontinuidade administrativa, constituindo-se em um Plano de Estado e não de um determinado governo.

Estes objetivos traduzem-se nas seguintes diretrizes:

- Ampliação do atendimento à Educação Infantil;
- Universalização do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e a permanência, com sucesso, de todas as crianças e jovens na escola;
- Fortalecimento do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) visando reduzir os índices de analfabetismo;
- Ampliação da jornada escolar;
- Manutenção e adequação dos prédios escolares para eliminação das barreiras arquitetônicas;
- Inclusão educacional de crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino;



- Construção de um currículo que envolva as demandas da sociedade moderna e resgate a história do Município e sua importância para o cenário estadual;
- Utilização das informações dos indicadores educacionais visando ampliar a rede de atendimento à população e o desenvolvimento de ações que contribuam para a eliminação da evasão escolar e da distorção idade-série;
- Definição de mecanismos de avaliação da aprendizagem dos alunos da rede municipal de ensino;
- Construção de uma política pública educacional de valorização, qualificação e formação permanente dos trabalhadores em educação, assegurando plano de carreira elaborado de acordo com as normas emanadas pelo Conselho Nacional de Educação;
- Democratização da escola, por meio do fortalecimento da gestão escolar e dos conselhos escolares;
- Fortalecimento dos conselhos de controle social vinculados à área da Educação;
- Implementação do orçamento participativo da Secretaria Municipal de Educação e seu reflexo nas unidades escolares;
- Desenvolvimento de projetos educativos que visem a ampliação da cidadania;
- Construção de políticas que visem a inclusão digital de alunos e professores;
- Atenção permanente às diversidades culturais e étnicas da população, priorizando uma prática pedagógica que possibilite conhecimento e vivência da história e das culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras;
- Integração permanente com as áreas da educação, esporte, cultura, lazer, saúde e assistência social;
- Mobilização dos diferentes agentes educacionais interessados em ampliar parcerias que motivem as escolas a alcançarem melhores resultados de aprendizagem dos alunos;
- Implementação de projetos que visem formar o aluno-leitor, articulando a prática da leitura ao domínio da escrita e ao conhecimento da linguagem das novas tecnologias.
- Preservação e utilização do patrimônio público através de programas elaborados com a comunidade;
- Articulação, proposição e execução de políticas educacionais em cooperação com a sociedade organizada e demais instituições públicas, na perspectiva do desenvolvimento social;
- Desenvolvimento de políticas públicas voltadas à juventude e projetos de geração de renda direcionados às necessidades locais;
- Oferecimento de cursos técnicos profissionalizantes, compatíveis com a demanda local;
- Estabelecimento de mecanismos de articulação e integração com as demais redes de ensino (estadual, privada e federal) e com as instituições de educação superior, visando ampliar e qualificar a disseminação e a produção de conhecimentos e informações educacionais.



IV - NÍVEIS DE ENSINO

A - EDUCAÇÃO BÁSICA

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Diagnóstico

A Educação Infantil é ofertada em dez instituições de ensino, das quais oito pertencem à rede municipal de ensino e duas à rede privada, atendendo ao todo 503 alunos (tabela 1.1).

Tabela 1.1. Instituições de ensino que ofertam a Educação Infantil, 2008

Instituição de Ensino	Faixa Etária atendida	Turno	Total de Alunos
1. Centro Municipal de Educação Infantil Aquarela	0 a 5 anos	Integral	95
2. Centro Municipal de Educação Infantil Arco - Íris	0 a 5 anos	Integral	80
3. Centro Municipal de Educação Infantil Primavera	0 a 5 anos	Integral	96
4. Escola Municipal Presidente Kennedy	4 a 5 anos	Vespertino	20
5. Escola Municipal Prefeito Paulino Stédile	4 a 5 anos	Integral / Matutino / Vespertino	60
6. Escola Municipal Tiradentes	4 a 5 anos	Vespertino	18
7. Escola Municipal Dr. Ulisses Guimarães	4 a 5 anos	Vespertino	20
8. Escola Municipal Vista Alegre	4 a 5 anos	Vespertino	17
9. Colégio Futura	1 a 5 anos	Vespertino	52
10. Escola Tempo Feliz	2 a 5 anos	Vespertino	45
Total de alunos atendidos			503

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2008 e Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).

Existe grande demanda nesta etapa de ensino, não suprida pela oferta de vagas existentes. Mesmo com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, em 2008, na rede municipal de ensino, ainda faltam vagas, e há um elevado número de crianças para cada professor, o que prejudica a qualidade pedagógica, sem contar que muitas instituições de ensino apresentam uma infra-estrutura inadequada (ver item 7 da Caracterização do Município).

Quanto à gestão escolar, verifica-se que a maioria das instituições de ensino:

- proporcionam aos alunos acesso a programas culturais e esportivos;

- desenvolvem projetos voltados ao desenvolvimento cognitivo da criança;
- a comunidade utiliza regularmente os espaços para a realização de atividades;
- desenvolvem ações conjuntas com órgãos governamentais da área de saúde e assistência social, colaborando com o atendimento das crianças em situação de risco;
- desenvolvem ações que promovem o desenvolvimento integral da criança, tais como: combate ao racismo; estímulo à tolerância religiosa; valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexo diferentes, permitindo que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher, para que não sejam reproduzidos nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher;
- destinam parte do horário de trabalho dos professores para ações de reflexão sobre o ensino-aprendizagem e monitoramento dos alunos evadidos, visando reincorporá-los à instituição de ensino;
- os profissionais da Educação Infantil participam de cursos de capacitação continuada em conjunto com os demais profissionais das outras etapas de ensino, sem que haja um planejamento voltado à formação continuada específica para a Educação Infantil.

1.2 Objetivos e Metas

1. Promover, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, a regulamentação dos padrões mínimos de infra-estrutura das instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, observando as diretrizes nacionais, para que todas assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a: ***
 - a) espaço interno:
 - salas com espaço adequado ao número de crianças;
 - janelas com ventilação;
 - boa iluminação;
 - móveis adequados à cada faixa etária, promovendo a autonomia e o bem estar das crianças;
 - manutenção e recuperação das instalações elétricas, oferecendo mais segurança às crianças, professores e colaboradores das instituições infantis.
 - b) espaço externo:
 - ampliar e adequar o espaço físico, oferecendo condições para o desenvolvimento integral das crianças;
 - construir uma área coberta para que as professoras possam desenvolver atividades lúdicas e outras atividades, de acordo com os objetivos propostos.
 - promover a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais em classes regulares;
 - ampliar os parquinhos infantis, provendo uma diversidade maior de brinquedos.



2. Autorizar, a partir da vigência deste Plano, somente a construção de prédios escolares que atendam aos requisitos mínimos de padrões de infra-estrutura definidos na meta 1 e que estejam de acordo com a legislação pertinente.
3. Construir, a partir da vigência deste Plano, três Centros de Educação Infantil, com a finalidade de ampliar a oferta de vagas para atender a demanda existente.
4. Garantir, a partir da vigência deste Plano, para as instituições municipais que ofertam a Educação Infantil, materiais pedagógicos diversificados e brinquedos de acordo com a faixa etária atendida, possibilitando que as crianças possam construir o seu conhecimento de maneira criativa, autônoma e crítica.
5. Reavaliar e readequar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, os projetos pedagógicos das instituições de Educação Infantil, contando com a participação efetiva dos profissionais nelas envolvidos. ***
6. Garantir, a partir da vigência deste Plano, que as propostas pedagógicas, das instituições de Educação Infantil, contemplem: ***
 - a) A inclusão de projetos que viabilizem o desenvolvimento físico, cognitivo, cultural e social, respeitando sempre a história cultural de cada criança;
 - b) A inclusão de projetos que viabilizem o resgate e o desenvolvimento de valores morais, para que a criança construa sua identidade fundamentada no respeito ao próximo, consigo mesmo e com o meio em que vive;
 - c) A inclusão de palestras para os pais, com profissionais habilitados, para falar sobre a importância do cuidar e do educar na Educação Infantil;
 - d) O atendimento às crianças com necessidades educativas especiais, contando com profissionais especializados e infra-estrutura adequada.
7. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, que a avaliação das crianças das instituições de Educação Infantil, seja realizada através de registros descritivos elaborados durante o processo educativo com pareceres dos diferentes aspectos do desenvolvimento infantil, sem caráter classificatório. ***
8. Assegurar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, uma política educacional de combate à discriminação (raça, sexo, classe social e outras), envolvendo professores, gestores e colaboradores, para que as crianças possam vivenciar um ambiente de harmonia e respeito no seu cotidiano escolar. ***
9. Proporcionar, a partir da vigência deste Plano, o envolvimento das famílias em atividades promovidas pelas instituições de Educação Infantil, para que haja reciprocidade quanto à responsabilidade e compromisso com a infância e suas especificidades. ***
10. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, mecanismos de colaboração entre os setores da Educação, Saúde e Assistência Social, para, em casos de necessidade, prestar atendimento aos profissionais da educação, crianças e respectivas famílias das instituições de Educação Infantil da rede municipal de

ensino, com profissionais especializados, como: pedagogo, psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo e nutricionista.

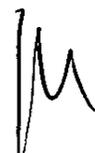
Excluído: ***

11. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, que a admissão do profissional da Educação Infantil, na rede municipal de ensino, ocorra somente por meio de concurso público, exigindo-se como formação mínima a obtida em nível médio, na modalidade normal, dando-se preferência para quem tiver a formação em nível superior.
12. Estabelecer, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, que para atuar como gestor nas instituições de Educação Infantil da rede municipal de ensino, o profissional tenha a formação em nível superior, dando-se preferência para quem tiver especialização (pós-graduação *lato sensu*) em gestão escolar.
13. Incentivar, a partir da aprovação deste Plano, que os profissionais de serviços gerais que trabalham nas instituições de Educação Infantil, elevem o seu nível de escolaridade para que atinjam, pelo menos, a formação no Ensino Médio. ***
14. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, o cumprimento da legislação educacional, garantindo férias e hora atividade aos profissionais da Educação Infantil da rede municipal de ensino, não diferenciada dos demais professores da rede.
15. Incentivar, a partir da vigência deste Plano, aos profissionais da Educação Infantil, a busca pela qualificação profissional e o desenvolvimento de pesquisas específicas voltadas ao atendimento nesta etapa de ensino. ***
16. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a oferta de capacitação continuada aos profissionais da Educação Infantil da rede municipal de ensino, possibilitando, periodicamente, cursos, seminários e grupos de estudo, que atendam às reais necessidades e peculiaridades desta etapa de ensino.
17. Viabilizar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, aos profissionais da Educação Infantil que atuam na rede municipal de ensino, materiais adequados ao desenvolvimento de seu trabalho, e outros acessórios necessários à segurança e higiene.
18. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, para as crianças atendidas na Educação Infantil da rede municipal de ensino, alimentação escolar saudável e adequada a cada faixa etária, levando em consideração as possíveis necessidades individuais apresentadas e diagnosticadas por um profissional da área de nutrição. *
19. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, transporte escolar para os alunos que freqüentam as instituições de Educação Infantil e que moram nas zonas rurais e/ou localidades distantes, conforme critérios definidos pelo Órgão Municipal de Educação. *



(*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.

(***) O cumprimento deste Objetivo/Meta, ao que se refere às instituições que não são de responsabilidade do Município, depende dos programas e/ou iniciativa das respectivas mantenedoras.

A handwritten signature in black ink, consisting of a vertical line followed by a stylized, cursive 'M' shape.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 Diagnóstico

2.1.1 Oferta

O Ensino Fundamental é ofertado pelas três redes de ensino existentes no Município: municipal, estadual e privada, totalizando 17 instituições de ensino, relacionadas na tabela a seguir:

Tabela 2.1. Instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2008

Instituição de Ensino	Etapa	Turno	Total de Alunos
1. Escola Rural Municipal Maria da Luz	Anos Iniciais	V	75
2. Escola Rural Municipal Santa Lúcia	Anos Iniciais	M / V	101
3. Escola Municipal Dr. Ulisses Guimarães	Anos Iniciais	M / V	260
4. Escola Municipal Juventino Rufatto	Anos Iniciais	M / V	197
5. Escola Municipal Presidente Kennedy	Anos Iniciais	M / V	240
6. Escola Municipal Prefeito Paulino Stédile	Anos Iniciais	M / V	469
7. Escola Municipal São Cristóvão	Anos Iniciais	M / V	143
8. Escola Municipal Sete de Setembro	Anos Iniciais	M / V	335
9. Escola Municipal Tiradentes	Anos Iniciais	M / V	283
10. Escola Municipal Vista Alegre	Anos Iniciais	M / V	134
11. Colégio Estadual Arnaldo Busato	Anos Finais	M / V	958
12. Colégio Estadual Castelo Branco	Anos Finais	M / V	135
13. Colégio Estadual do Núcleo de Santa Lúcia	Anos Finais	M	98
14. Colégio Estadual Tancredo Neves	Anos Finais	M / V	422
15. Escola Estadual Duque de Caxias	Anos Finais	M	89
16. Colégio Futura	Anos Iniciais Anos Finais	M / V	112
17. Escola Tempo Feliz	Anos Iniciais Anos Finais	M / V	87
Total de alunos atendidos			4.138

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2008 e Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).

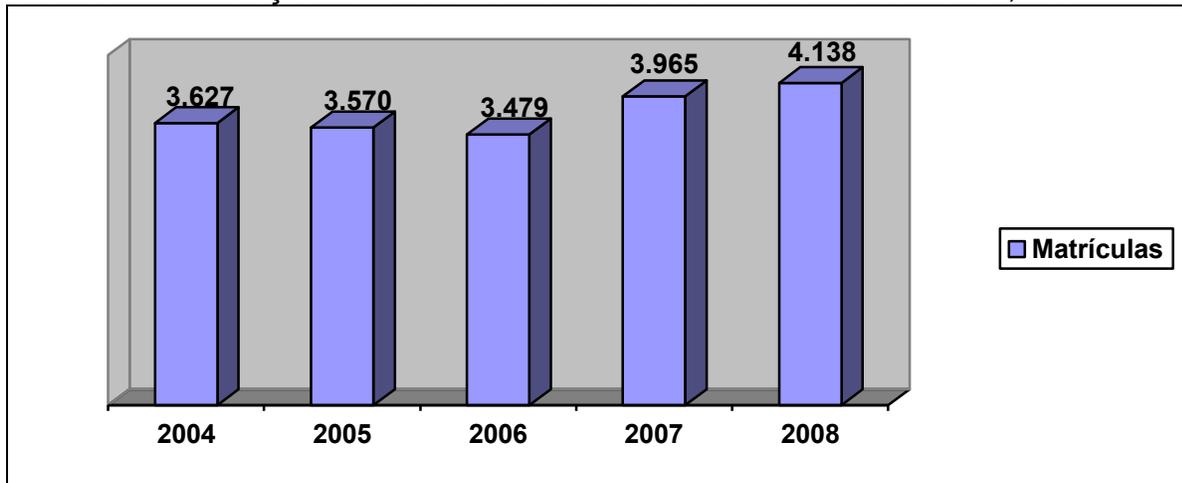
Siglas: M – Matutino; V – Vespertino.

A rede municipal de ensino é responsável por 54,06% das matrículas do Ensino Fundamental (anos iniciais), seguida pela rede estadual (anos finais) que responde por 41,13% e a rede privada (anos iniciais e finais), que ainda detém um percentual mínimo de 4,81%.

Em 2007, a rede municipal de ensino desenvolveu o Programa de Atividades Complementares, em 70% de suas escolas e, em 2008, além de estender o

programa para as demais escolas, implantou também o Ensino Fundamental de nove anos, elevando o contingente de alunos matriculados em sua rede.

Gráfico 2.1. Evolução histórica das matrículas do Ensino Fundamental, 2004 – 2008



Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2008.

Tabela 2.2. Matrículas do Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2004 – 2008

Redes de Ensino	Organização	2004	2005	2006	2007	2008
Municipal	1ª a 4ª séries	1.736	1.595	1.545	1.633	1.606
	1º ao 5º ano	0	0	0	0	239
	Atividades complementares	0	0	0	431	432
Estadual	5ª a 8ª séries	1.754	1.808	1.772	1.698	1.702
Privada	1ª a 4ª séries	57	67	66	106	106
	5ª a 8ª séries	80	100	96	97	93
Total Geral		3.627	3.570	3.479	3.965	4.138

Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2008.

2.1.2 Rendimento escolar (aprovação e reprovação)

Nas escolas municipais da zona rural, os índices de aprovação e reprovação, entre os anos 2003 e 2005 mantiveram-se estáveis. Em 2006, devido à mudança do sistema de Ciclo para Seriação, percebe-se um aumento de 10% nos índices de reprovação na 1ª e 2ª séries e de 4%, na 3ª série.

Tabela 2.3. Índices de aprovação e reprovação no Ensino Fundamental das instituições municipais e estaduais da zona rural, 2004 – 2007

Séries	2004		2005		2006		2007	
	% Apr.	% Repr.						
1ª	73	1,0	76	0,7	75	11	76	13
2ª	73	1,0	85	0,5	77	11	85	7
3ª	78	0,5	85	0,4	83	5	84	10

4 ^a	84	0,0	84	0,7	90	0	98	0
5 ^a	89	2,0	96	0,0	88	2	90	2
6 ^a	77	8,0	91	4,0	93	3	93	1
7 ^a	95	2,0	81	3,0	80	4	89	4
8 ^a	92	0,0	98	0,0	83	7	94	0

Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2008.

Abreviaturas: Apr. – Aprovação; Repr. – Reprovação.

Nas escolas municipais da zona urbana, os índices de aprovação e reprovação, entre os anos 2003 a 2005, mantiveram-se em torno de 5%, na média. Porém, em 2006, houve um aumento considerável dos índices de reprovação em todas as séries.

Tabela 2.4. Índices de aprovação e reprovação do Ensino Fundamental das instituições municipais e estaduais da zona urbana, 2004 – 2007

Séries	2004		2005		2006		2007	
	% Apr.	% Repr.						
1 ^a	79	6	77	2	73	10	70	12
2 ^a	79	8	77	2	70	12	73	10
3 ^a	79	6	79	1	72	14	76	10
4 ^a	83	6	76	7	74	11	85	2
5 ^a	74	11	74	11	74	8	85	11
6 ^a	77	11	59	12	75	8	84	13
7 ^a	77	7	84	9	76	5	87	10
8 ^a	74	12	59	13	72	9	84	11

Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2008.

Abreviaturas: Apr. – Aprovação; Repr. – Reprovação.

Em todas as instituições de ensino da rede estadual, a matemática e o português são as matérias que apresentam os maiores índices de repetência. Quanto à rede privada, somente em 2006, houve 1% de reprovação na 3^a série.

2.1.3 Movimento escolar (evasão e transferência)

As escolas municipais, tanto da zona rural como urbana, no período compreendido entre os anos 2004 a 2007, não registraram nenhum índice de evasão. Quanto às transferências, é nas escolas municipais da zona urbana que estes índices mostram-se elevados em todas as séries.

Tabela 2.5. Índices de transferência do Ensino Fundamental das instituições municipais e estaduais (zona rural e urbana), 2004 – 2007

Séries	2004		2005		2006		2007	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
1 ^a	1%	15%	16%	21%	13%	17%	11%	19%
2 ^a	2%	13%	10%	20%	11%	17%	9%	17%
3 ^a	2%	14%	10%	20%	11%	13%	6%	16%
4 ^a	1%	11%	9%	16%	10%	15%	12%	13%
5 ^a	0%	13%	0%	4%	0%	12%	2%	11%
6 ^a	0%	15%	0%	19%	0%	7%	2%	8%
7 ^a	0%	16%	0%	22%	0%	16%	2%	8%
8 ^a	0%	16%	0%	5%	0%	14%	3%	10%

Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2008.

A evasão escolar, nas escolas estaduais da zona urbana, alcançou média de 3% em 2003 e 5% em 2006, índice alto se comparado aos outros anos ou aos índices da zona rural e rede particular. As transferências atingem uma média de 16% entre os anos analisados (2004 a 2007).

Na rede privada, nos anos iniciais, não foi constatada nenhuma evasão escolar e/ou transferência, já nos anos finais, a evasão escolar não chegou a 1% e as transferências pontuaram uma média de 16%.

Tabela 2.6. Índices de evasão e transferência do Ensino Fundamental das instituições da rede privada, 2004 – 2007

Séries	2004		2005		2006		2007	
	% Evasão	% Transf.						
1 ^a	-	-	-	-	-	-	-	8
2 ^a	-	-	-	-	-	-	-	8
3 ^a	-	-	-	-	-	-	-	9
4 ^a	-	-	-	-	-	-	-	8
5 ^a	-	16	0,03	16	0,5	16	-	15
6 ^a	0,04	12	0,06	19	0,5	14	-	14
7 ^a	0,04	18	0,05	14	0,4	15	-	15
8 ^a	0,14	14	0,04	19	0,7	13	-	18

Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2008.

Abreviatura: Transf. – Transferência.

2.1.4 Distorção idade-série

A média de distorção idade-série nas instituições de ensino da rede estadual, tanto urbanas como rurais, apresentaram índices elevados no período considerado de 2004 a 2007.

Tabela 2.7. Índices de distorção idade-série do Ensino Fundamental das instituições municipais e estaduais (zona rural e urbana), 2004 – 2007

Anos Iniciais	2004		2005		2006		2007	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
1 ^a	2%	1%	3%	2%	2%	2%	11%	10%
2 ^a	2%	2%	4%	3%	6%	3%	11%	17%
3 ^a	2%	3%	1%	5%	6%	6%	5%	13%
4 ^a	5%	6%	1%	4%	5%	7%	1%	10%
5 ^a	4%	9%	9%	11%	8%	10%	19%	12%
6 ^a	8%	12%	7%	11%	7%	12%	16%	14%
7 ^a	11%	11%	17%	11%	4%	11%	9%	14%
8 ^a	4%	11%	5%	17%	14%	13%	28%	10%

Fonte: Setor Administrativo dos estabelecimentos de ensino, 2008.

Na rede privada, não foi constatada nenhuma distorção idade-série no período de 2004 a 2007.

2.1.5 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O INEP elaborou em 2007, um novo indicador de qualidade educacional denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Este índice sintetiza informações de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental e Médio, das escolas públicas, em exames padronizados como a Prova Brasil ou SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), com informações sobre rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão). A combinação entre o fluxo e a aprendizagem é expressa em valores de 0 a 10, mostrando o andamento dos sistemas de ensino, em âmbito nacional, nas unidades da Federação e nos municípios.

Em Coronel Vivida, os índices obtidos pelas instituições de ensino (o IDEB só calcula metas para as instituições de ensino situadas na zona urbana), em 2005 e 2007,

estão sintetizados nas tabelas a seguir, mostrando que algumas instituições de ensino (duas da rede municipal e uma da rede estadual) não conseguiram atingir a meta estabelecida para 2007.

Tabela 2.8. IDEB's observados em 2005 e 2007 e metas projetadas para o Ensino Fundamental, por instituição de ensino, 2007 – 2021

Instituições de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Escola Municipal Dr. Ulisses Guimarães	4,6	4,2	4,7	5,0	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4	6,7
Escola Municipal Juventino Rufatto	4,8	5,5	4,8	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3	6,5	6,8
Escola Municipal Prefeito Paulino Stédile	-	5,1	-	5,4	5,8	6,0	6,3	6,5	6,7	7,0
Escola Municipal Presidente Kennedy	-	4,7	-	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2	6,5	6,7
Escola Municipal São Cristóvão	-	4,9	-	5,3	5,7	5,9	6,2	6,4	6,6	6,8
Escola Municipal Sete de Setembro	4,6	4,9	4,7	5,0	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4	6,6
Escola Municipal Tiradentes	4,8	3,5	4,9	5,2	5,6	5,8	6,1	6,3	6,6	6,8
Colégio Estadual Arnaldo Busato	3,7	4,5	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7
Colégio Estadual Castelo Branco	3,5	4,3	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
Colégio Estadual Tancredo Neves	3,8	3,6	3,8	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8

Fonte: INEP (Consulta no site <http://ideb.inep.gov.br>, em julho de 2008).

2.1.6 Considerações finais

A avaliação da gestão escolar na rede municipal de ensino, aponta a necessidade de algumas melhorias relacionadas às adequações do atendimento às pessoas com

necessidades especiais, ao acesso à informática, à capacitação continuada específica para os professores que trabalham nas salas regulares com alunos inclusos e que apresentam necessidades educativas especiais, e ao estímulo da organização de grêmios estudantis e grupos culturais.

Na rede estadual de ensino, também foram apontados como falhos a adequação ao atendimento das pessoas com necessidades especiais e na rede privada, a avaliação da gestão escolar aponta como deficitários, o monitoramento dos alunos evadidos, a falta de capacitação continuada específica para os professores que trabalham nas salas regulares com alunos que apresentam necessidades educativas especiais e a não participação do conselho escolar na construção do planejamento escolar.

2.2 Objetivos e Metas

1. Adotar, a partir da aprovação deste Plano, padrões mínimos de infra-estrutura dos estabelecimentos que ofertam o Ensino Fundamental, observando as diretrizes nacionais fixadas no Plano Nacional de Educação, implementando-os, gradativamente, de forma que os estabelecimentos de ensino possuam uma infra-estrutura que contemple: ***
 - a) Espaços com iluminação, insolação, ventilação, água potável, energia elétrica, segurança e temperatura ambiente;
 - b) Instalações sanitárias;
 - c) Espaços para esportes, recreação, bibliotecas e serviços de merenda escolar;
 - d) Acessibilidade para o atendimento de alunos portadores de necessidades educativas especiais;
 - e) Bibliotecas com acervos atualizados;
 - f) Mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos de acordo com a faixa etária atendida;
 - g) Telefone e serviços de reprodução de textos;
 - h) Computadores com acesso à internet e equipamentos de multimídia.
2. Autorizar, a partir da vigência deste Plano, somente a construção de prédios escolares que atendam aos requisitos mínimos de padrões de infra-estrutura definidos na meta 1 e que estejam de acordo com a legislação pertinente.
3. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a universalização do atendimento de toda a clientela do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e a permanência, com sucesso, de todas as crianças na escola. ***
4. Estabelecer, a partir da aprovação deste Plano, para o Ensino Fundamental, políticas educacionais que assegurem: ***
 - a) O desenvolvimento de projetos pedagógicos com foco na aprendizagem;
 - b) A garantia do sucesso e alfabetização de 100% das crianças de 6 e 7 anos;
 - c) O acompanhamento sistemático do desempenho escolar dos alunos;



- d) O combate à repetência com a expansão de programas de reforço escolar e contra turno escolar;
 - e) O combate à evasão pelo acompanhamento individual da não-frequência do aluno;
 - f) A matrícula do aluno na escola mais próxima de sua casa;
 - g) A permanência do aluno na escola para além da jornada regular.
5. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, com a participação da comunidade escolar, a revisão permanente do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar de cada instituição de Ensino Fundamental, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Proposta Curricular em vigência. ***
 6. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, que as propostas pedagógicas das instituições de Ensino Fundamental, contemplem: ***
 - a) O atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, prevendo recursos físicos, humanos e pedagógicos;
 - b) Variadas formas de avaliações;
 - c) Projetos voltados a temas como, segurança no trânsito, meio ambiente, saúde, incentivo à leitura, cálculos matemáticos, diversidades culturais afro-brasileiras.
 7. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, programa anual de capacitação continuada aos profissionais do Ensino Fundamental da rede municipal, por meio de cursos, seminários, oficinas, grupos de estudo e palestras.
 8. Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, parcerias entre a rede municipal, estadual e privada de ensino, para promover capacitação continuada em conjunto com os professores do Ensino Fundamental, de forma a evitar a ruptura entre o primeiro e o segundo segmento deste nível de ensino. **/**
 9. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, para a rede municipal de ensino, o desenvolvimento de programas de orientação e apoio aos professores, alunos e famílias, por meio de parcerias entre as Secretarias de Saúde e de Ação Social, disponibilizando o trabalho de profissionais tais como: psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo, assistente social e nutricionista.
 10. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, na rede municipal de ensino, a ampliação da carga horária dos profissionais das áreas de psicologia e fonoaudiologia, de forma a atender a demanda existente.
 11. Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, que cada escola de Ensino Fundamental da rede municipal, possa contar com o trabalho de um auxiliar pedagógico (que pode ser um profissional ou estagiário da área educacional), de forma a atender as necessidades do dia-a-dia destas instituições, inclusive para substituição de professores.
 12. Adotar, a partir da vigência deste Plano, medidas que privilegiem política educacional sensata e justa, no que se refere aos índices de aprovação e



reprovação dos alunos do Ensino Fundamental, com ênfase na qualidade do ensino-aprendizagem. */ **/ ***

13. Garantir, a partir da vigência deste Plano, a manutenção do Programa Nacional do Livro Didático, criado pelo Ministério da Educação e Cultura, assegurando que sua escolha seja realizada com o envolvimento de todos os professores do Ensino Fundamental. ***
14. Garantir, a partir da vigência deste Plano, o percentual de tempo destinado à hora atividade dos professores da rede municipal de ensino, de acordo com a legislação educacional vigente.
15. Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, mecanismos de participação da família no cotidiano das instituições escolares, com a finalidade de aperfeiçoar o relacionamento entre professores e alunos. ***
16. Garantir, a partir da vigência deste Plano, aos membros dos órgãos colegiados instituídos nas instituições de ensino da rede municipal, a participação em cursos de capacitação, seminários e palestras, com temas que tratem sobre o papel da comunidade na gestão democrática, cidadania e outros temas de interesse específico dos colegiados.
17. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a manutenção de hortas escolares nas instituições de Ensino Fundamental da rede municipal, como forma de enriquecer a merenda escolar e proporcionar, por meio do desenvolvimento de projetos, a integração dos alunos com o meio ambiente.
18. Implantar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, mecanismo de avaliação educacional na rede municipal de ensino, para diagnosticar o nível de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental e desenvolver ações direcionadas à superação das dificuldades apresentadas, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e superar as metas do IDEB para cada escola.
19. Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, parcerias com entidades privadas, filantrópicas e/ou associações, para promover a integração entre as ações da escola com a comunidade. ***
20. Promover, a partir da vigência deste Plano, a formação continuada de professores, capacitando-os para atuarem nas salas regulares que possuem alunos inclusos com necessidades educativas especiais. ***
21. Garantir, a partir da vigência deste Plano, o provimento da merenda escolar aos alunos do Ensino Fundamental da rede municipal, assegurando os níveis calórico-protéicos por faixa etária, com acompanhamento de nutricionista. *
22. Garantir, a partir da vigência deste Plano, a oferta de transporte escolar para os alunos do Ensino Fundamental que moram na zona rural e localidades distantes das escolas, conforme critérios definidos pelo Órgão Municipal de Educação. */**



(*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.

(***) O cumprimento deste Objetivo/Meta, ao que se refere às instituições que não são de responsabilidade do Município, depende dos programas e/ou iniciativa das respectivas mantenedoras.

A handwritten mark or signature, possibly the initials 'M', located in the bottom right corner of the page.

3. ENSINO MÉDIO

3.1 Diagnóstico

3.1.1 Oferta

O Ensino Médio é ofertado no Município em seis estabelecimentos de ensino, quatro da rede estadual e dois da rede privada, conforme mostra a tabela 3.1.

Tabela 3.1. Instituições que ofertam o Ensino Médio, 2008

Instituição de Ensino	Tipo	Turno
Colégio Estadual Arnaldo Busato	Regular / Profissionalizante	M / V /N
Colégio Estadual Castelo Branco	Regular	M
Colégio Estadual Tancredo Neves	Regular	N
Colégio Estadual Núcleo de Santa Lúcia	Regular	M
Colégio Nova Visão	Regular	M
Colégio Futura	Regular	M

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).

3.1.2 Matrículas

A cada ano está ocorrendo um aumento considerável no número de matrículas do Ensino Médio, o que comprova que o acesso vem sendo garantido à demanda. Esse aumento é cumulativo e um dos fatores que influenciam é a repetência e a evasão dos alunos do primeiro ano que acabam retornando no ano seguinte. Essa situação de evasão se agrava mais no ensino noturno.

Os Colégios Estaduais atendem, em sua maioria, alunos dentro da faixa etária prevista, principalmente no período matutino, mas há situações no noturno, onde os alunos encontram-se fora desta faixa etária, uns por repetência e evasão, outros por terem se afastado da escola por alguns anos, reiniciando os seus estudos mais tarde. Os alunos do noturno, em sua maioria, encontram-se no mercado de trabalho, o que também acaba influenciando negativamente no processo ensino-aprendizagem pelo cansaço físico que demonstram durante as aulas.

Tabela 3.2. Matrículas do Ensino Médio, 2004 – 2008

Rede de Ensino	Tipo	2004	2005	2006	2007	2008
Estadual	Regular	792	786	826	813	838
	Integrado	0	70	28	19	17
	Subseqüente	0	0	65	84	0
	Profissionalizante	139	171	211	234	157

Privada (*)	Regular	-	-	-	-	-
-------------	---------	---	---	---	---	---

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).

(*) Dados não disponibilizados pelas Instituições de Ensino.

3.1.3 Rendimento e movimento escolar

As taxas de aprovação no Ensino Médio vêm mostrando uma sensível melhora a cada ano, como se comprova pelos dados apresentados na tabela a seguir.

Tabela 3.3. Taxas de aprovação e reprovação dos alunos do Ensino Médio, por instituição de ensino, 2004 – 2007

Instituição de Ensino	2004		2005		2006		2007	
	Apr.	Repr.	Apr.	Repr.	Apr.	Repr.	Apr.	Repr.
Colégio Estadual Arnaldo Busato	74,2	8,4	67,9	16,2	73,7	11,0	77,0	8,1
Colégio Estadual Castelo Branco	76,8	4,8	82,6	1,3	97,1	0,0	91,6	4,1
Colégio Estadual Tancredo Neves	69,6	3,0	58,1	8,1	76,9	3,8	73,8	5,9
Colégio Futura (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
Colégio Nova Visão (*)	-	-	-	-	-	-	-	-

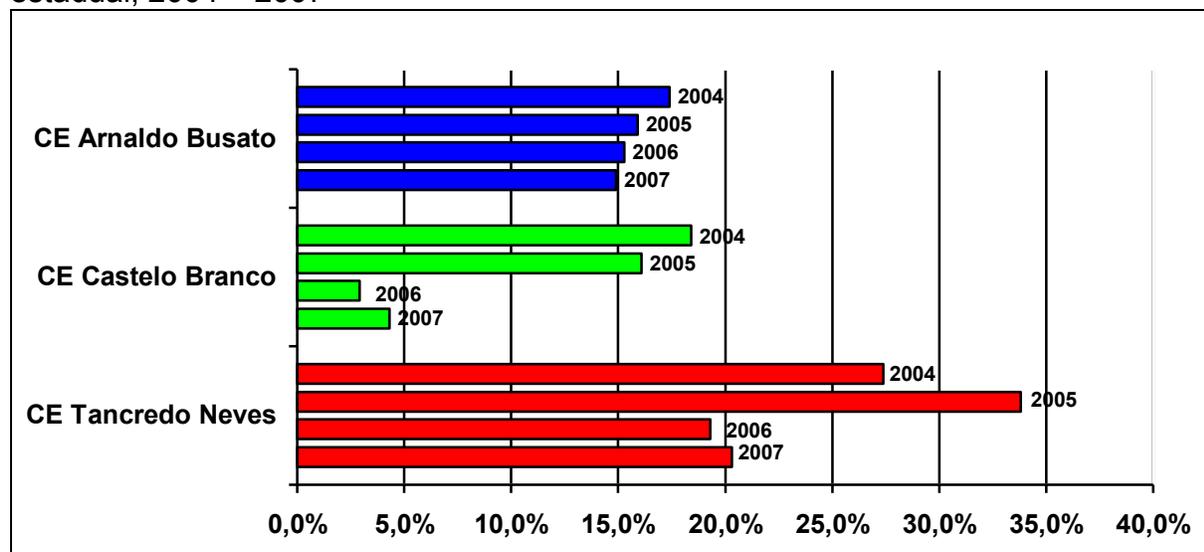
Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).

Abreviaturas: Apr. – Aprovação; Repr. – Reprovação.

(*) Dados não disponibilizados pelas Instituições de Ensino.

Causas externas ao sistema educacional contribuem para que adolescentes e jovens se desviem dos caminhos da escolarização, agravadas por dificuldades da própria organização da escola e do processo ensino-aprendizagem. Os números de abandono e de repetência, apesar da melhoria dos últimos anos, ainda são bastante desfavoráveis.

Gráfico 3.1. Taxas de evasão no Ensino Médio das instituições de ensino da rede estadual, 2004 – 2007



Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).

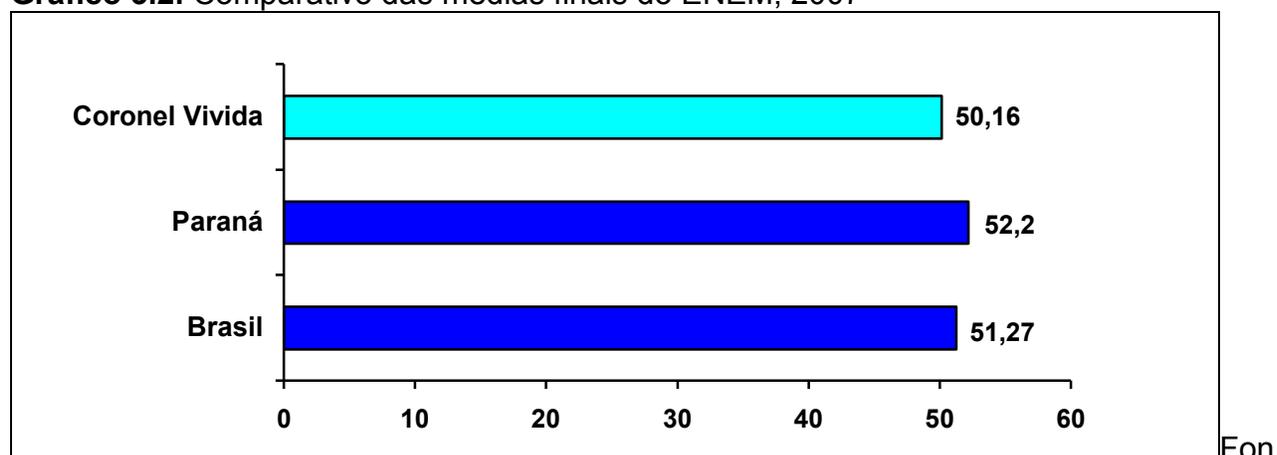
3.1.4 Resultado do Exame Nacional do Ensino Médio

Os resultados apresentados pelos alunos do Município no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, em 2007, não foram satisfatórios, visto que ficaram abaixo da média nacional e da média estadual.

O Colégio Estadual Arnaldo Busato teve uma representatividade de 49% de participação e o Colégio Estadual Castelo Branco obteve uma participação dos alunos do terceiro ano de 64,7%.

Tanto o Colégio Estadual Tancredo Neves, como o Colégio Nova Visão, não conseguiram atingir o mínimo de alunos participantes (dez alunos), para a obtenção da média final.

Gráfico 3.2. Comparativo das médias finais do ENEM, 2007



Fonte: INEP (Consulta no site <http://mediasenem.inep.gov.br>, em julho de 2008).

Tabela 3.4. Notas Médias do ENEM, por estabelecimento de ensino, 2007

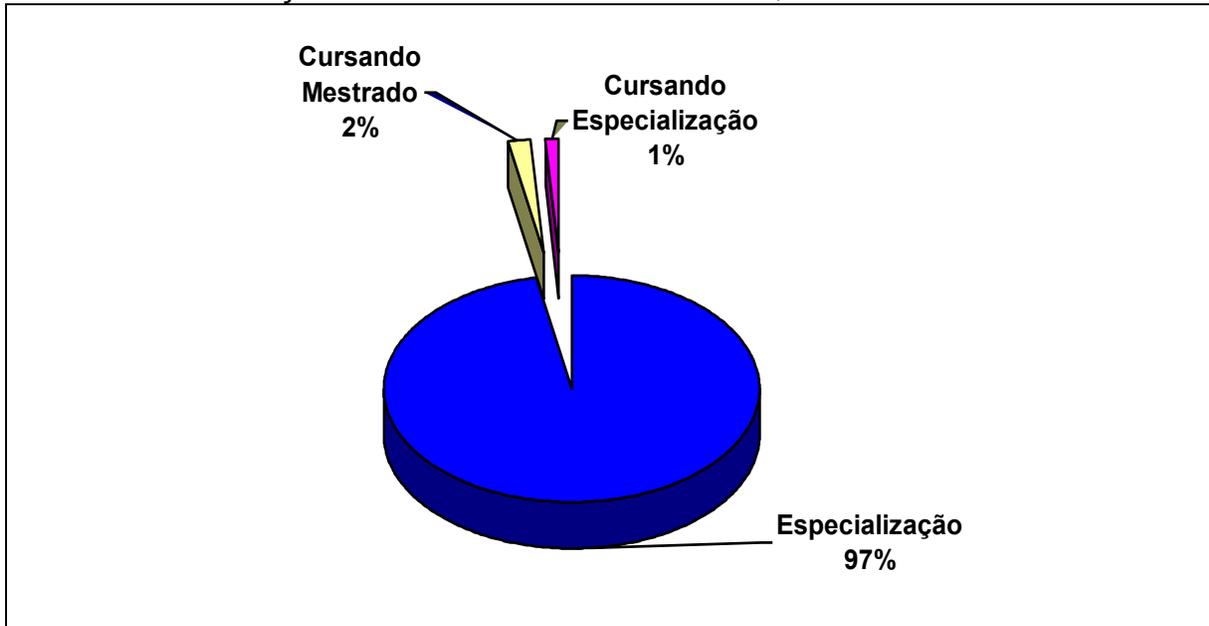
Instituições de Ensino	Número de		Médias		Médias com correção de participação	
	Matrículas	Participantes	Prova Objetiva	Redação e Prova Objetiva	Prova Objetiva	Redação e Prova Objetiva
CE Arnaldo Busato	331	193	47,56	52,16	47,13	51,84
CE Castelo Branco	17	11	43,58	48,72	43,25	48,48
CE Tancredo Neves	24	04	SC	SC	SC	SC
Colégio Nova Visão	08	05	SC	SC	SC	SC
Total	380	213	45,57	50,44	45,19	50,16

Fonte: INEP (Consulta no site <http://mediasenem.inep.gov.br>, em julho de 2008).

Nota: SC – Sem conceito (menos de 10 alunos participantes do ENEM).

Quanto ao nível de formação dos professores que atuam no Ensino Médio de Coronel Vivida, percebe-se que é bastante elevado, sendo que todos possuem pós-graduação. Além disso, verifica-se que muitos destes possuem, inclusive, mais de uma especialização e alguns já estão ingressando em cursos de mestrado (gráfico 3.3).

Gráfico 3.3. Formação dos docentes do Ensino Médio, 2008



Fonte: Instituições de Ensino, 2008.

3.2 Objetivos e Metas

1. Apoiar, após a aprovação deste Plano, a implantação de cursos profissionalizantes de nível técnico – em especial o Tecnocentro dos Pinhais - que respondam às características da economia local, como forma de manter o jovem no Município e propiciar geração de trabalho e renda.
2. Apoiar, a partir da vigência deste Plano, o desenvolvimento de projetos voltados à melhoria da qualidade do ensino, como: viagens de estudos, intercâmbios culturais e desportivos, entre outros.
3. Desenvolver, após a aprovação deste Plano, em parceria com a rede estadual e privada de ensino, programas de combate às drogas lícitas e ilícitas, à violência e à prostituição infantil, bem como programas específicos para a área ambiental, fortalecendo através de campanhas, palestras, conferências e debates, a necessidade de se preservar o meio ambiente.
4. Promover, a partir da vigência deste Plano, em articulação com a rede estadual e privada de ensino, ciclo de palestras voltadas à comunidade escolar com temas relevantes à realidade educacional do Município e que possam contribuir para a melhoria da convivência em sociedade.

5. Apoiar e incentivar, a partir da vigência deste Plano, a inclusão do atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular.
6. Apoiar e incentivar, a partir da vigência deste Plano, a manutenção dos Grêmios Estudantis, visando a integração social e cultural dos educandos do Município.
7. Incentivar, a partir da vigência deste Plano, a participação dos docentes da rede estadual e privada de ensino, em palestras e seminários organizados pelo Órgão Municipal de Educação.
8. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, mecanismos para ofertar cursos pré-vestibulares, como forma de incentivar os alunos do Ensino Médio a prosseguirem os estudos.
9. Promover, a partir da aprovação deste Plano, periodicamente, encontros com os profissionais da educação das redes municipal, estadual e privada de ensino, como forma de, em conjunto, encontrarem propostas de melhoria da qualidade do ensino.
10. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, em regime de colaboração com o Estado, o transporte escolar aos alunos do Ensino Médio que moram na zona rural e em localidades distantes das escolas, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Órgão Municipal da Educação. */**

(*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.
(**) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado



B - EDUCAÇÃO SUPERIOR

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

4.1 Diagnóstico

Sob o ponto de vista da comunidade vividense em relação à Educação Superior, há dois pontos de vistas diferentes: enquanto a maioria da população pensa ser importante, necessária e até urgente a sua implantação, para a maioria dos representantes do Poder Público e dos profissionais da educação, o Município não possui uma infra-estrutura adequada para que seja implantada uma instituição deste porte. Desta forma, as pessoas interessadas em prosseguir os estudos neste nível de ensino, precisam deslocar-se para outras cidades.

No entanto, o Poder Público Municipal, procura viabilizar mecanismos de incentivo para que a população possa buscar este nível de ensino. Desde 2001, foi criada a Lei nº 1636/2001 que subsidia o transporte dos estudantes que freqüentam os cursos de graduação e se deslocam diariamente para as instituições de ensino superior (IES) da região.

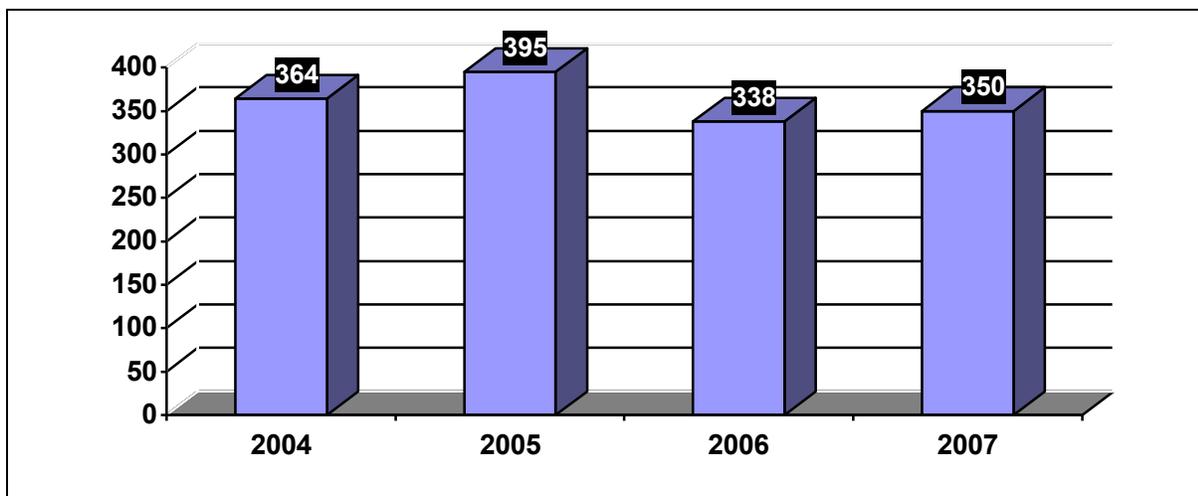
Além deste incentivo, a administração pública municipal, por meio de parcerias, também procurou ofertar alguns cursos superiores, na modalidade a distância. Em 2001 foi ofertado o Curso Normal Superior, na modalidade a distância, em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa e Universidade Eletrônica do Brasil, com adesão de 76 alunos, distribuídos em 3 turmas.

Em 2002, em parceria com a VIZIVALE – Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, foi ofertado o Programa Normal Superior, também na modalidade a distância, com adesão de 85 alunos.

Em 2003, 64 alunos matricularam-se no Curso de Informática Empresarial, ofertado em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa e Universidade Eletrônica do Brasil.

Gráfico 4.1. Número de acadêmicos do Município que cursaram o ensino superior nas IES da região, 2004 –2007





Fonte: Prefeitura Municipal, 2007.

4.2 Objetivos e Metas

1. Realizar, a partir da aprovação deste Plano, pesquisas para o levantamento de dados concretos sobre a importância e viabilidade da implantação de cursos Superiores no Município, promovendo debates com a participação da comunidade.
2. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, por meio de parcerias, a implantação de cursos superiores, na modalidade a distância, inclusive com o objetivo de ampliar as possibilidades de atendimento da formação continuada dos profissionais da educação.
3. Implantar, a partir da vigência deste Plano, em parceria, ou através de incentivo à rede privada de ensino, cursos pré-vestibulares, como forma de incentivar os alunos do Ensino Médio a ingressarem na Educação Superior.
4. Articular, a partir da vigência deste Plano, para que sejam implantados cursos superiores de extensão, conforme a demanda existente.
5. Garantir, a partir da vigência deste Plano, aos estudantes de baixa renda do Município, a continuidade do repasse de subsídio educacional para o transporte, como forma de incentivo ao ingresso na Educação Superior. ****
6. Apoiar e incentivar, a partir da vigência deste Plano, o desenvolvimento de projetos de cunho social pelos acadêmicos do Município, como forma de integrar a Educação Superior com a comunidade local.
7. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, espaço nas escolas municipais para o desenvolvimento de estágios supervisionados aos acadêmicos que dele necessitarem, desde que estejam em consonância com a proposta pedagógica da unidade escolar e dos critérios estabelecidos pelo Órgão Municipal de Educação.

8. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, periodicamente, a atualização do acervo bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal, contribuindo, desta forma, com o acesso dos acadêmicos, à bibliografia básica de seus cursos.

(****) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da disponibilidade de recursos e de regulamentação própria.



V - MODALIDADES DE ENSINO

5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.1 Diagnóstico

O município de Coronel Vivida, segundo o Censo do IBGE de 2007, tem população estimada em 21.542 habitantes (10.644 homens e 10.898 mulheres). Deste total, 12% das pessoas na faixa etária de 15 anos ou mais, são considerados analfabetos ou semi-analfabetos.

Por isso, num esforço compartilhado com o Governo Estadual e diversas organizações da sociedade civil, a administração municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, oferta o Programa Paraná Alfabetizado.

O Programa é desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED), desde o ano de 2004, tendo por objetivo, atender a população jovem, adulta e idosa paranaense não alfabetizada, possibilitando o acesso à leitura e à escrita como instrumentos de reflexão e afirmação de sua cidadania.

Em 2008, estão sendo atendidos 145 alunos neste Programa, distribuídos em nove turmas. As aulas funcionam nos períodos vespertino e matutino, em escolas estaduais, municipais, salões, centros comunitários de igrejas e casas de alunos, e são ministradas por professores e lideranças comunitárias voluntárias, qualificados para exercer a função de alfabetizador, recebendo do MEC bolsa auxílio, material didático e auxílio transporte subsidiado pela SEED.

Para as pessoas que são alfabetizadas no Programa e para as demais, que ainda não concluíram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio na idade própria, o Município oferta a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em 2008, formaram-se duas turmas de EJA Fase I (Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries), com 32 alunos matriculados; duas turmas de EJA Fase II (Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries) com 56 alunos matriculados e duas turmas de EJA Ensino Médio, com 54 alunos matriculados.

A oferta da EJA Fase I é de responsabilidade da Administração Municipal, e da EJA Fase II e Ensino Médio, a responsabilidade é do Governo Estadual e que, em Coronel Vivida, são ofertadas por meio de 4 APED's (Ações Pedagógicas Descentralizadas) pertencentes ao CEEBJA (Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos) de Chopinzinho.

As aulas da EJA – Ensino Fundamental e Médio são ministradas na Escola Municipal Paulino Stédile, localizada na sede do Município.



5.2 Objetivos e Metas

1. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, políticas de erradicação do analfabetismo, por meio da oferta de programas de alfabetização a todos que não tiveram acesso à educação na idade própria ou não concluíram o Ensino Fundamental. */**
2. Garantir, a partir da vigência deste Plano, espaço físico adequado para a oferta da EJA, viabilizando para este atendimento, salas arejadas, bem iluminadas e material pedagógico disponível para assegurar um atendimento de qualidade. ***
3. Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, mecanismos que motivem os alunos da EJA a prosseguirem os estudos, tanto no Ensino Fundamental, como Ensino Médio e, posteriormente, na Educação Superior. ***
4. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, currículo adequado à realidade dos alunos da EJA, de forma a viabilizar um ensino de qualidade. ***
5. Implementar, após a aprovação deste Plano, na proposta pedagógica dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, oferecidos pela rede municipal de ensino, o atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais.
6. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a produção de material didático-pedagógico adequado aos educandos da EJA da rede municipal de ensino.
7. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, políticas que visam a participação dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em eventos culturais desenvolvidos no Município, de modo a propiciar, a esta clientela, a integração social. ***
8. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a oferta de palestras e atividades que contribuam com a ampliação do conhecimento dos alunos da Educação de Jovens e Adultos. ***
9. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, mecanismos para a participação dos educadores da EJA, nos programas de capacitação continuada oferecidos pelo Município. ***
10. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, mecanismos para a distribuição da merenda escolar aos alunos que freqüentam a EJA na rede municipal de ensino, visto que a maioria dos alunos dirige-se à escola imediatamente após o trabalho. *
11. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, transporte escolar para os alunos da EJA e que moram na zona rural ou localidades distantes dos locais onde é



ofertada esta modalidade de ensino, desde que atendam os critérios estabelecidos pelo Órgão Municipal de Educação. */**

(*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.

(***) O cumprimento deste Objetivo/Meta, ao que se refere às instituições que não sejam de responsabilidade do Município, depende dos programas e/ou iniciativa das respectivas mantenedoras.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the bottom.

6. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

6.1 Diagnóstico

6.1.1 Educação a distância

A Educação a Distância é ofertada no Município desde 1999, por meio de parcerias firmadas com empresas e IES, tais como: IESDE (Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino); Universidade Eletrônica do Brasil, extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa; FACINTER (Faculdade Internacional de Curitiba); VIZIVALI (Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu); ITDE (Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Educacional); UFPR (Universidade Federal do Paraná); UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste); UEM (Universidade Estadual de Maringá) e ULBRA (Universidade Luterana do Brasil).

Tabela 6.1 Cursos a distância ofertados no Município, 1999 – 2007

Instituição	Curso	Total de Turmas	Total de alunos
IESDE	Curso Normal a Distância	03	105
	Curso Normal Superior	05	114
	Educação Inclusiva (pós-graduação)	01	15
	Complementação para Pedagogia	01	08
Universidade Eletrônica do Brasil	Curso Normal Superior	03	76
	Informática Empresarial	02	64
FACINTER	Tecnólogo em Administração Empresarial	01	07
	Tecnólogo em Comércio Exterior	01	02
	Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação (pós-graduação)	01	59
	Administração Empresarial	01	18
	Secretariado Executivo	01	13
	Técnico Documentalista	01	02
ITDE – UFPR FAPI - SOCIOESC	Administração Empresarial	01	20
	Técnico em Contabilidade	01	01
	Técnico em Gestão Pública	01	08
	Técnico em Secretariado	01	11
	Técnico em Gestão Municipal	01	27
	Idiomas: Inglês	01	07
	Pré-vestibular	02	27
	Avaliação da Aprendizagem	01	18
	Curso Básico de Libras	01	07
	Curso de Florais	01	14
	Técnico em Sistemas de Informação (em andamento)	01	03
	Pedagogia (em andamento)	01	31
	Pedagogia Escolar (em andamento)	01	01
	Psicopedagogia (em andamento)	01	02
	Semana Pedagógica	02	99
	Pós-graduação em Gestão Escolar	01	05
	Especialização em EAD	01	05
UNICENTRO	Ciências Biológicas	01	16

UEM	Curso Normal Superior	01	11
ULBRA/Escola Futura	Pedagogia	01	19

Fonte: Secretaria de Educação e Instituições de Ensino, 2008.

Atualmente (2008), a Educação a Distância é ofertada em escolas particulares e em espaço cedido pela Prefeitura Municipal, sendo que os recursos audiovisuais, materiais didático-pedagógicos e tutores são de responsabilidade das instituições parceiras: IESDE, ITDE, UNICENTRO, UEM e ULBRA.

6.1.2 Tecnologias educacionais

No contexto educacional, as tecnologias, além de serem utilizadas na Educação a Distância, também constituem recursos indispensáveis ao ensino presencial. Do ponto de vista tecnológico, a presença destas tecnologias nas instituições educacionais tem gerado avanços significativos, contribuindo com o processo de ensino-aprendizagem, não sendo mais possível conceber uma educação de qualidade sem a utilização destes recursos.

Por isso, as instituições educacionais existentes no Município preocupam-se em disponibilizar para os profissionais da educação e para os seus alunos, as mais variadas tecnologias educacionais (tabela 6.2).

Tabela 6.2. Recursos tecnológicos das instituições que ofertam a Educação Básica no Município, 2008

Recursos	Número de instituições que possuem os itens	
	Zona Rural	Zona Urbana
1. Telefone	03	12
2. Aparelho de fax	02	05
3. Televisão	08	12
4. Videocassete	08	12
5. DVD	07	12
6. Antena parabólica	04	08
7. Retroprojeter	04	07
8. Máquina copiadora	01	11
9. Mimeógrafo	06	12
10. Aparelho de som	08	12
11. Microcomputador	08	12
12. Impressora	08	12
13. Datashow	00	03

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Instituições de Ensino, 2008.

Quanto aos laboratórios de informática, ainda é muito reduzido o acesso a esta tecnologia, principalmente na rede municipal de ensino. Somente a Escola Municipal Tiradentes possui uma pequena instalação composta por cinco computadores para atender 80 alunos. Na rede estadual, somente os colégios Arnaldo Busato, Castelo Branco e Tancredo Neves, possuem laboratórios. No entanto, somente em dois colégios os alunos têm acesso a esta tecnologia.

6.1.3 Profissionais da educação X tecnologias

De acordo com uma pesquisa realizada entre os professores, em relação às tecnologias de informação, em especial o computador e a internet, verificou-se que para a maioria, lidar com computadores é uma atividade que não causa medo, reconhecendo que é um recurso tecnológico importante para auxiliar o trabalho de ensino-aprendizagem. No entanto, a grande maioria tem conhecimento superficial e mediano sobre computadores e internet e somente 15% dos entrevistados responderam que acessam a internet.

6.2 Objetivos e Metas

1. Firmar, a partir da vigência deste Plano, parceria com empresas e instituições que oferecem cursos de capacitação profissional à distância, disponibilizando local adequado e estrutura para o funcionamento dos mesmos.
2. Divulgar, a partir da vigência deste Plano, por meio dos meios de comunicação, os cursos ofertados no Município, na modalidade à distância.
3. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a expansão da oferta de cursos técnicos na modalidade à distância, em parceria com universidades e institutos credenciados, como forma de ampliar as oportunidades de capacitação profissional no Município.
4. Incentivar, a partir da aprovação deste Plano, a implantação de cursos de pós-graduação à distância, nas áreas de interesse dos profissionais da educação.
5. Apoiar e acompanhar, a partir da vigência deste Plano, a realização de estágios dos alunos dos cursos a distância, realizados nas escolas municipais, estabelecendo requisitos para que o mesmo esteja em consonância com o Projeto Político Pedagógico da instituição em que o estagiário estiver atuando.
6. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, a implantação gradativa de laboratórios de informática nas escolas da rede municipal de ensino, iniciando pelas escolas de maior porte.
7. Reestruturar, a partir da aprovação deste Plano, as propostas pedagógicas das escolas da rede municipal de ensino que implantarem os laboratórios de informática, de modo que as mesmas contemplem o uso das tecnologias na prática pedagógica.
8. Disponibilizar, a partir da implantação dos laboratórios de informática, nas escolas da rede municipal de ensino, um profissional com formação básica em informática para desenvolver projetos nesta área.
9. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, gradativamente, recursos tecnológicos como, televisão, vídeo e aparelho de DVD, para as escolas e



centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino que ainda não possuem estes recursos.

10. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a manutenção e a atualização constante dos recursos tecnológicos existentes nas escolas da rede municipal de ensino.
11. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, para as escolas municipais e centros de Educação Infantil, o acesso à televisão educativa e a outras redes de programação educativo-cultural.
12. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, para a rede municipal de ensino, o fornecimento e uso de equipamentos de informática para alunos com necessidades educativas especiais, buscando firmar parcerias com o Estado, a União e organizações da sociedade civil, de forma a efetivar a inclusão digital desta clientela. */**
13. Capacitar gradativamente, a partir da aprovação deste Plano, os profissionais da educação, para uso correto dos recursos tecnológicos disponíveis na rede municipal de ensino, tanto no manuseio dos equipamentos, bem como na aplicação de conteúdos.

(*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.



7.1 Diagnóstico

7.1.1 Perfil da situação empregatícia

O setor que mais empregou no Município, no biênio 2005/2006, foi o comércio, mantendo a liderança no número de empregos formais gerados, seguido em 2006, pelo setor de serviços e pela indústria (tabela 7.1).

Tabela 7.1. Setores que mais empregaram no Município (empregos formais), 2005 – 2006

Setor	Número de Empresas		Número estimado de empregos	
	2005	2006	2005	2006
Comércio	325	305	805	724
Serviços	285	354	503	619
Indústria de Transformação	124	119	657	606
Administração Pública	07	07	373	374
Agropecuária / Extração Vegetal	174	39	206	98
Serviços de Utilidade Pública	14	17	69	60
Construção Civil	45	31	35	16
Extrativa Mineral	01	01	01	01
Totais	975	873	2.649	2.498

Fonte: CAGED (Relatórios de Janeiro a Junho de 2006).

Comparando o número de empregos formais e o número da população economicamente ativa (PEA), percebe-se uma disparidade muito acentuada da informalidade no Município. Utilizando os números de trabalhadores formais e informais de 2000, é possível verificar que no Município, a informalidade ultrapassa o patamar dos 35% da PEA. Também bastante evidenciado, é o número relativo à PEA desocupada em 2000, que comparada ao número da PEA municipal, ficou com um índice próximo aos 10%.

Tabela 7.2. Indicadores de mercado de trabalho, 2000/2006

Indicadores	Total		
	2000	2003	2006
População Economicamente Ativa – PEA *	12.273	11.269	10.828
PEA Desocupada	1.207	--	--
Trabalhadores Formais **	3.104	--	--
Trabalhadores Informais ***	4.333	--	--
PEA Urbana	7.262	--	--
PEA Rural	5.011	--	--

Fonte: Censo/2000 – IBGE. Elaborado pelo MTE SETP.

Notas: * Compreende a população com 10 anos ou mais de idade;
** Compreende os empregados com carteira, militares e estatutários;
*** Compreende os empregados sem carteira e os conta-própria.

Os números que compõem o quadro da situação empregatícia no Município (tabela 7.3), evidenciam algumas situações curiosas e até absurdas para um Município que sofre com o reduzido contingente de empresas.

A primeira situação a ser analisada é o número de cadastros da Agência do Trabalhador/SINE (adotados como número de desempregados). Se forem comparados os números relativos a 2006, obtém-se um percentual de 18% da PEA do Município, em situação de inatividade.

Por outro lado, a situação da oferta de emprego apresenta uma situação totalmente controversa ao demonstrar que, anualmente, são ofertadas vagas quase que na mesma proporção do número de desempregados.

A situação absurda é que, apesar de toda esta oferta de vagas, somente 50% (em 2005) e 52% (em 2006) dos encaminhados foram realmente efetivados.

Tabela 7.3. Situação empregatícia do Município, 2005 – 2007

Ano	Desempregados *	Oferta de emprego	Encaminhamentos para trabalho	Colocados
2005	1.695	1.008	693	344
2006	1.906	1.272	981	508
2007	1.748	1.385	1.348	860

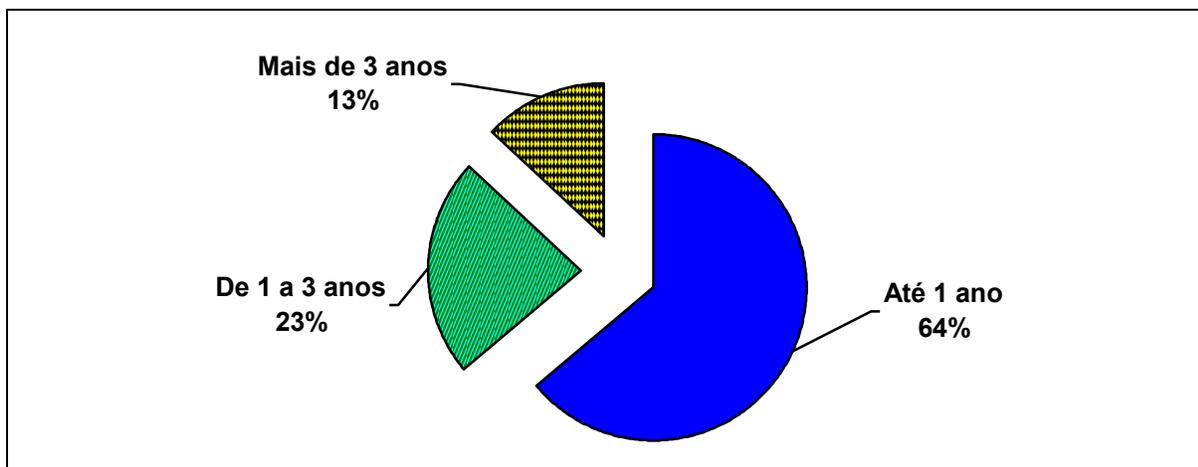
Fonte: SINE (Consulta no site www.sine.pr.gov.br/setp/indicadores, em 2008).

Nota: * Considerado o número de inscritos no SINE nos períodos.

Ainda no contexto da existência de vagas não preenchidas, é interessante analisar o resultado de uma pesquisa efetuada em maio de 2007, realizada junto às pessoas desempregadas que passaram pela Agência do Trabalhador/SINE.

A grande maioria está desempregada a menos de um ano, mas, o que fica muito evidenciado é que um percentual de 36% destas pessoas, está há mais de um ano sem trabalho.

Gráfico 7.1. Tempo em que as pessoas cadastradas no SINE estão desempregadas, 2007



Font

e: Pesquisa com desempregados, efetuada junto à Agência de Trabalhos, em maio de 2007.

Constata-se também, pela pesquisa, que as principais dificuldades na recolocação do mercado de trabalho, referem-se à baixa formação profissional, o que ocasiona a segunda dificuldade citada na pesquisa, os baixos salários ofertados.

Tabela 7.4. Principais dificuldades que as pessoas encontram ao buscar novo emprego, 2007

Itens	Respostas (em %)
Há muita concorrência para pouca vaga	15
O salário oferecido é muito baixo	15
Falta trabalho na área profissional	13
Falta dinheiro para procurar emprego	09
A jornada de trabalho é incompatível	08
Sofre algum tipo de discriminação na seleção	08
Outras dificuldades	07
Não tem escolaridade exigida	06
A idade é inadequada para o trabalho	04
Não tem quem cuide dos filhos	04
Tem problemas de saúde	04
Não sabe onde procurar	03
Está estudando	03
Nenhuma (não quer / não precisa trabalhar)	01

Fonte: Pesquisa com desempregados efetuada junto à Agência de Trabalho, em maio de 2007.

7.1.2 Oferta de Educação Profissional

Para a formação ou qualificação profissional da população vividense, existem algumas empresas e entidades no Município, que oferecem cursos técnicos e cursos de qualificação de curta duração, como o Departamento de Promoção Humana, a ACIVI (Associação Comercial e Empresarial de Coronel Vivida), a SMICT (Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo) e o Colégio Estadual Arnaldo Busato.

Tabela 7.5. Cursos de qualificação ofertados no Município pelo Departamento de Promoção Humana, 2005 – 2007 (continua)

Ano	Curso	Número de alunos	Duração Curso (horas)
2005	Confecção de Acolchoados	12	24
	Bordados	35	24
	Bróia/Macramé	27	24
	Confecção de Cachecol	27	24
	Crochês	120	24
	Derivados da Laranja	12	08
	Pintura em tecido, emborrachado, plástico e vidro	84	24
	Ponto Cruz / Russo	19	24
	Pratos à base de mandioca	15	08
	Produtos de Limpeza	15	16
	Sobremesas	11	08
	Tricô	26	24
	Vagonite	36	24

Tabela 7.5. Cursos de qualificação ofertados no Município pelo Departamento de Promoção Humana, 2005 – 2007 (encerra)

Ano	Curso	Número de alunos	Duração Curso (horas)
2006	Acolchoados de Lã de Ovelha	14	24
	Arranjos/Flores de meia	20	24
	Biscuit	24	24
	Bolsas de Garrafas Descartáveis	40	24
	Bordados	67	24
	Cachecol	61	24
	Crochês	66	24
	Derivados da Mandioca	36	08
	Manicuro/pedicuro	26	24
	Macramé/Bróia	16	24
	Panificação	15	12
	Pintura em emborrachado e tecido	131	24
	Pratos Variados	10	08
	Produtos de Limpeza	87	12
	Sobremesas	11	12
	Tricô	25	24
	Informática	150	160
2007	Secretariado, Telefonista, Recepcionista, Atendente	140	16
	Técnicas de Atendimento, Vendas, Tele Marketing	170	16
	Operador de Caixa, Pacoteiro, Repositor, Entregador	160	16
	Bijuteria	25	24
	Bolsas de Garrafas Descartáveis	29	24
	Derivados da Mandioca	18	24
	Bordados	64	24
	Crochês	58	24
	Flores/enfeites em meia	10	24
	Manicuro/pedicuro	10	24
	Panificação	15	16
Pintura em emborrachado e tecido	44	24	

Produtos de Limpeza	28	12
---------------------	----	----

Tabela 7.6. Cursos de qualificação ofertados no Município por outras entidades, 2005 – 2007

Ano	Curso	Número de alunos	Duração Curso	Entidade Realizadora
2005	Oratória	28	12 horas	ACIVI
	Embalagens para presente	23	12 horas	ACIVI
	Vitrinismo	20	20 horas	SMICT
2006	Técnico em Administração	30	72 horas	ACIVI
	Técnico em Contabilidade	30	72 horas	ACIVI
	Auxiliar Administrativo com Secretariado	50	72 horas	ACIVI
	Empretec	25	72 horas	SMICT/ACIVI
	Turismo Rural	15	40 horas	SMICT
	Produção Artesanal	15	6 meses	SMICT
2007	Oratória	26	12 horas	ACIVI
	Embalagens para presente	18	12 horas	ACIVI

Fonte: Associação Comercial e Empresarial de Coronel Vivida, 2007.

Tabela 7.7. Cursos profissionalizantes ofertados no Município, 2005 – 2007

Ano	Curso	Número de alunos	Duração Curso	Entidade Realizadora
2005	Formação de Docentes - Normal	234	04 anos	Colégio Estadual Arnaldo Busato
2005	Técnico em Informática - Integrado	20	04 anos	Colégio Estadual Arnaldo Busato
2006	Técnico em Informática - Subseqüente	111	1,5 anos	Colégio Estadual Arnaldo Busato
2007	Chapeação e Pintura	10	180 horas	Departamento de Promoção Humana
2007	Pedreiro	04	180 horas	Departamento de Promoção Humana
2007	Pintura Predial	06	48 horas	Departamento de Promoção Humana
2007	Marcenaria em Móveis	30	180 horas	Departamento de Promoção Humana

Fonte: Departamento de Promoção Humana, 2007.

Além destas entidades, a Administração Municipal firma convênios com universidades e instituições de ensino a distância, para a oferta de cursos de qualificação aos seus funcionários, ofertando também o apoio no transporte para que os funcionários possam qualificar-se ou estudar em outros municípios.

7.2 Objetivos e Metas

1. Viabilizar, a partir da aprovação deste Plano, estudo das reais necessidades profissionais do Município, com a finalidade de promover cursos profissionalizantes de acordo com o que foi diagnosticado no estudo.

2. Implantar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, parcerias com os sistemas estadual, federal e iniciativa privada, para incentivar e ampliar a oferta da educação profissionalizante no Município.
3. Ofertar, a partir da aprovação deste Plano, periodicamente, cursos voltados ao setor agropecuário, elevando, com isso, o nível técnico das práticas agrícolas e da preservação ambiental, dentro da perspectiva do desenvolvimento auto-sustentável do Município.
4. Apoiar, a partir da aprovação deste Plano, a implantação de cursos de qualificação profissional para a área da agricultura e do meio ambiente, em parceria com entidades públicas, privadas e organizações não governamentais.
5. Adotar, a partir da aprovação deste Plano, como política pública, a formação profissional não somente voltada à qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, mas, ao preparo das pessoas para o “mundo do trabalho”.
6. Viabilizar, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos para ofertar cursos que possam suprir a necessidade de profissionais qualificados no Município e região.

8. EDUCAÇÃO ESPECIAL

8.1 Diagnóstico

8.1.1 Atendimento na rede regular de ensino

A oferta dos serviços e de apoio especializado na área da Educação Especial, está disponível nas redes de ensino do Município, por meio das classes especiais, salas de recursos e centros de atendimento especializados.

A rede municipal de ensino é a responsável pela maioria destes atendimentos (tabela 8.1), contando com uma equipe avaliadora composta por pedagoga e psicóloga e pela equipe pedagógica da escola, responsáveis em diagnosticar e realizar os devidos encaminhamentos, a fim de assegurar recursos e apoio especializado para a promoção do desenvolvimento das potencialidades e habilidades de alunos com necessidades educativas especiais e conseqüentemente, sua inclusão na sociedade.

Tabela 8.1. Serviços e apoio especializado, 2008

Rede de Ensino	Classe Especial		Sala de Recursos		Sala de Recursos		Centro de Atendimento					
	DM		DM		DAP		DA		DM		EDPREC	
	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal	13	02	11	01	-	-	05	01	06	01	17	02
Estadual	-	-	-	-	09	01	-	-	-	-	-	-
Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Total	13	02	11	01	09	01	05	01	06	01	17	02
--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).
 Siglas: AL – Alunos; TU – Turma; DM – Deficiência Mental; DAP – Dificuldade de Aprendizagem; DA – Deficiência Auditiva; EDPREC – Educação Precoce.

A integração das pessoas com necessidades educativas especiais no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional (art. 208, III) que faz parte da política governamental há mais de uma década. No entanto, tal diretriz ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar para que todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais possam ser atendidos em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais. E quando são atendidas, esbarram-se em empecilhos como a falta de formação específica dos professores para atender essa clientela; a não adequação do número de alunos por turma quando há alunos com necessidades especiais inclusos e a inexistência de infra-estrutura adequada para o recebimento e atendimento a estes educandos.

8.1.2 Atendimento em instituição especializada

A Escola especializada, destinada a atender os casos em que a educação integrada não se apresenta como viável, seja pelas condições do aluno, seja pelas do sistema de ensino, no Município, é a Escola Especializada Mundo Feliz, entidade fundada em 1989 e mantida pela APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais) de Coronel Vivida.

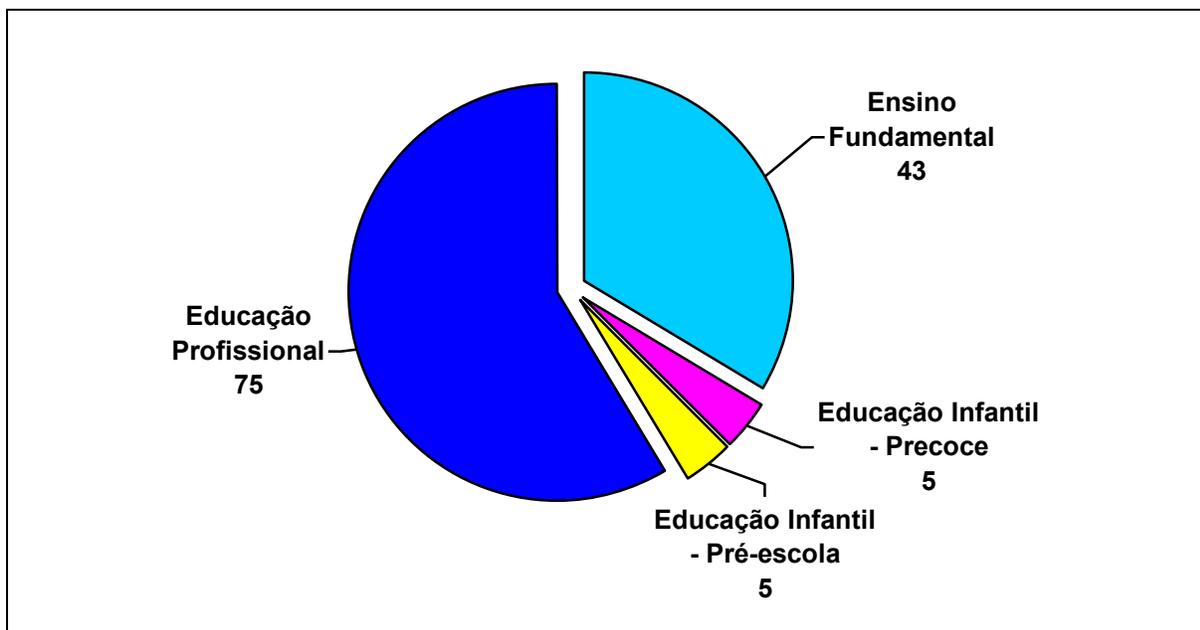
A Escola atende atualmente (2008), 128 alunos, distribuídos nos períodos matutino (75 alunos) e vespertino (53 alunos), nos seguintes programas:

Tabela 8.2. Programas ofertados pela APAE de Coronel Vivida, 2008

Programas	Faixa etária atendida
Educação Infantil - Precoce	0 a 3 anos
Educação Infantil - Pré-escola	4 a 6 anos
Ensino Fundamental	7 a 14 anos
Educação de Jovens e Adultos	A partir de 16 anos
Programa Pedagógico Especializado	A partir de 16 anos
Oficina Profissionalizante	A partir de 16 anos

Fonte: APAE, 2008.

Gráfico 8.1. Matrículas da APAE, 2008



Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).

As atividades desenvolvidas na APAE buscam a inserção dos alunos no ensino regular e no mercado de trabalho, por isso são desenvolvidos projetos de confecção de estopas, pique de espumas, tecelagem, limpeza e panificação.

Os alunos recebem atendimento individualizado de acordo com as necessidades específicas e a equipe que realiza tais procedimentos é composta por uma psicóloga, uma fonoaudióloga, uma fisioterapeuta, uma terapeuta ocupacional, uma assistente social e um médico neuropediatra.

Quanto ao transporte escolar, a Escola Especializada conta com transporte próprio e também dispõe do transporte coletivo municipal gratuito.

8.2 Objetivos e Metas

1. Adequar, a partir da aprovação deste Plano, gradativamente, as escolas e centros de Educação Infantil do Município, para o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, conforme as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas) e da legislação vigente referente à acessibilidade.

Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a oferta de capacitação continuada para todos os profissionais que atuam na rede municipal de ensino (professores, técnicos, merendeiras, zeladores, motoristas, entre outros) com

temas voltados à inclusão, aprendizagem, desenvolvimento humano e outros assuntos relacionados à área da Educação Especial.

3. Prever, a partir da aprovação deste Plano, na rede municipal de ensino, a formação de uma equipe multiprofissional (professores especializados, psicólogos, fonoaudiólogos e assistente social) para o atendimento específico na área da Educação Especial.
4. Prover, a partir da aprovação deste Plano, a aquisição de recursos materiais (didáticos e lúdicos) específicos para a Educação Especial, visando melhorar a qualidade do atendimento oferecido aos alunos com necessidades educativas especiais, inclusos na rede municipal de ensino.
5. Ampliar, gradativamente, a partir da aprovação deste Plano, o fornecimento e o uso de equipamentos de informática como apoio à aprendizagem dos educandos com necessidades educativas especiais, matriculados nas instituições de ensino da rede municipal.
6. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, transporte escolar com adaptações necessárias aos alunos com necessidades especiais que apresentam problemas de locomoção.
7. Manter, a partir da aprovação deste Plano, a equipe de profissionais capacitados para atender a demanda da Educação Especial da rede municipal de ensino, ampliando-a, na medida em que se fizer necessário.
8. Viabilizar, a partir da aprovação deste Plano, aos alunos com necessidades especiais matriculados na rede municipal de ensino, por meio de parceria com a área da Saúde, acessibilidade aos atendimentos médicos especializados (neurologia, psiquiatria, otorrinolaringologista e outros), bem como nos procedimentos de reabilitação.
9. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a redução do número de alunos, nas turmas regulares que tenham alunos inclusos com necessidades educacionais especiais. ***
10. Viabilizar, a partir da aprovação deste Plano, em parceria com outras secretarias municipais, o desenvolvimento de trabalho preventivo, por meio de projetos e palestras, visando orientar e conscientizar a comunidade e a família sobre a saúde mental e a Educação Especial.
11. Viabilizar a partir da aprovação deste Plano, professor com formação específica em Educação Especial para atuar, de forma itinerante, nas instituições de ensino da rede municipal.
12. Viabilizar, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos para ampliar, de acordo com a necessidade e considerando a demanda existente, as salas de recursos na rede municipal de ensino.

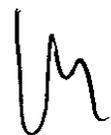


13. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a valorização dos profissionais da rede municipal de ensino, com formação específica em Educação Especial e que estejam atuando nesta modalidade de ensino, como forma de incentivar a continuidade da formação e a permanência nesta modalidade de ensino.
14. Viabilizar, a partir da aprovação deste Plano, aos profissionais da rede municipal de ensino, treinamento em primeiros socorros e prevenção de acidentes, em parceria com a área da Saúde e do Trabalho.
15. Estabelecer, a partir da aprovação deste Plano, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais, mecanismos para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional para os alunos com necessidades especiais, de forma a promover a sua colocação no mercado de trabalho. ***
16. Implantar, a partir da aprovação deste Plano, na rede municipal de ensino, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para os alunos surdos, seus familiares e para a comunidade escolar.
17. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, em até dois anos, a aplicação de testes anuais de acuidade visual e auditiva em todas as instituições municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, visando detectar problemas e oferecer apoio adequado.
18. Organizar e colocar em funcionamento, a partir da aprovação deste Plano, em até dois anos, na rede municipal de ensino, setor responsável pela Educação Especial.
19. Viabilizar, a partir da aprovação deste Plano, em parceria com a Secretaria de Saúde, um mini censo (a ser realizado a cada cinco anos) com informações completas e fidedignas sobre a população a ser atendida pela Educação Especial.
20. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, nas Salas de Recursos, Classes Especiais e Salas de Apoio, melhorias nos espaços físicos, provendo-os com equipamentos específicos e materiais pedagógicos, de forma a ampliar e melhorar o atendimento da Educação Especial no Município. ***
21. Promover, a partir da vigência deste Plano, a reabertura do Centro de Atendimento Especializado com programas abrangentes nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social e Trabalho.

(*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.

(***) O cumprimento deste Objetivo/Meta, ao que se refere às instituições que não são de responsabilidade do Município, depende dos programas e/ou iniciativa das respectivas mantenedoras.



VI - MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

9. FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

9.1 Diagnóstico

9.1.1 Plano de Carreira do Magistério Público Municipal

A década de noventa, produziu profundas e significativas mudanças no que concerne à valorização dos profissionais da educação escolar. O marco inicial surgiu com os dispositivos constitucionais estabelecidos no art. 206 da Constituição Federal de 1988, seguido das diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (art. 67) e na Lei Federal nº 9.424/96, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, vinculando recursos públicos à educação, onde não menos do que 60% destes, devem ser aplicados na remuneração dos profissionais da educação.

No âmbito municipal, as novas disposições legais refletiram positivamente em pelo menos dois momentos. O primeiro, no início da década de noventa, com a extinção das classes multisseriadas ofertadas nas unidades escolares da zona rural do Município que, integrado ao sistema de transporte escolar, reuniu os docentes e os discentes em escolas nuclearizadas, seriadas e mais estruturadas, proporcionando a melhoria das condições e, conseqüentemente, a qualidade do ensino municipal.

O segundo, pela implantação do Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Público Municipal, por meio da Lei nº 1482/98, de 26 de junho de 1998, que promoveu, com o estabelecimento de critérios para a valorização e remuneração do magistério, a busca constante do aperfeiçoamento profissional individual em níveis superiores de formação ou em cursos de formação continuada, profissionalizando o exercício do magistério da Educação Básica.

No período que antecedeu à implantação do novo Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, os profissionais da educação eram vinculados às Leis Municipais nº 1021⁴ e 1022⁵ (ambas de 27 de outubro de 1989) e ao antigo Estatuto, Lei nº 890/87, de 27 de janeiro de 1987.

O novo Plano de Carreira (Lei nº 1482/98), sob a égide do regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluídas as normas do Regime Geral de

⁴ Dispõe sobre a reorganização do Quadro de Pessoal do Município e estabelece o regime jurídico único da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, incluídas as normas previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

⁵ Dispõe sobre o Plano de Carreira no Serviço Público Municipal.

Previdência Social (RGPS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), passou a contemplar a carreira do Professor Municipal, tendo como linhas mestras:

- Uma única categoria profissional: Profissionais da Educação com um único Emprego Público denominado de Professor Municipal;
- Investidura por meio da admissão na classe e no Piso Salarial inicial correspondente à habilitação e à qualificação acadêmica do profissional, cumprida a exigência de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos;
- Estágio probatório por prazo ininterrupto de 36 meses;
- Formação em nível médio, na modalidade normal, como qualificação mínima para o exercício do magistério;
- Formação em curso de graduação em Pedagogia, ou em nível de pós-graduação, mestrado ou doutorado, para o exercício das atividades de supervisão e orientação educacional;
- Designação do Professor Municipal para o exercício de função do magistério de (I) diretor; (II) secretário de unidade escolar; (III) orientador educacional e (IV) supervisor pedagógico, observada a experiência docente mínima de dois anos, adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado;
- Concessão de Gratificação pelo exercício de direção de Unidade Escolar (20%), pelo exercício de Secretário de Unidade Escolar (10%); por deslocamento para o interior do Município (5%); pelo exercício da função de Supervisor Pedagógico ou Orientador Educacional (10%)
- Concessão de Adicional de Tempo de Serviço a cada cinco anos de efetivo exercício (5%);
- Jornada de trabalho de 20 horas semanais, dividida em horas-aula e horas-atividades (período dedicado pelo docente, prioritariamente no recinto escolar, para planejar, preparar e avaliar o trabalho didático, colaborar com a administração da escola, participar de reuniões pedagógicas e de articulação com a comunidade e aperfeiçoar seu trabalho profissional);
- Jornada de trabalho ampliada em caráter excepcional, até o máximo de 40 horas semanais;
- Carreira dividida em seis classes, de "A" a "F", segundo a formação profissional;
- Desenvolvimento na carreira mediante progressão funcional ou avanço horizontal (passagem para a referência salarial imediatamente superior, dentro da mesma classe, a cada período de dois anos, contados da data do enquadramento em determinada faixa ou referência salarial, podendo avançar até três referências, considerando-se uma referência para cada um dos seguintes quesitos: mérito, avaliação de desempenho e dedicação exclusiva no sistema municipal de ensino, podendo alcançar até 4,57% se atendidos todos os requisitos exigidos) e promoção (em linha vertical, de uma classe para outra, mediante a comprovação da habilitação profissional);
- Tabela de Salários composta, em linha vertical de 6 classes, identificadas por letras de "A" a "F" e, em linha horizontal, de 19 referências identificadas por algarismos arábicos de 2 a 20, com progressão horizontal constante, em intervalos adicionais acumulados de 1,5%, tomados como base o Piso Salarial (referência zero) com intervalo para referência de 3%, cujos valores são reajustados mediante autorização do Legislativo Municipal;
- Garantia, pelo Município, da participação de todos os profissionais da educação da rede pública em cursos e programas de aperfeiçoamento continuado;



- Férias de 45 dias distribuídos nos períodos de recesso, dos quais pelo menos 30 dias devem ser consecutivos;
- Afastamentos previstos no art. 131, no art. 319, no parágrafo 3º do art. 320 e no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho e de outros tais, como: casamento (até 9 dias), luto por falecimento do cônjuge, pai, mãe, filho, irmãos (até 9 dias), luto por falecimento dos sogros (até 4 dias), júri e outros serviços obrigatórios por Lei, licença para tratamento de saúde (até 15 dias), licença à gestante e paternidade.

Após a implantação do Plano de Carreira, em julho de 1998, foram atendidos os requisitos exigidos dos 124 professores: 103 foram enquadrados no novo Plano, garantindo aos não-optantes continuar vinculados ao Plano de seu ingresso ou investidura, até que as exigências para ingresso no novo Plano fossem atendidas.

Quadro 9.1. Profissionais da Educação Celetistas optantes pelo Plano de Carreira e de Remuneração nos termos da Lei nº 1482/98

Classes	Níveis de Formação Profissional	Servidores Estáveis	Servidores Concursados Estáveis	Total
A	Ensino Médio, na Modalidade Normal	11	68	79
B	Ensino Médio, na Modalidade Normal mais Estudos Adicionais	03	03	06
C	Ensino Superior, em curso de Licenciatura Plena	03	13	16
D	Ensino Superior em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia	01	01	02
E	Ensino Superior em curso de Licenciatura Plena com Especialização na área do Magistério	-	-	-
F	Ensino Superior em curso de Licenciatura Plena e Mestrado na área do magistério	-	-	-
Total		18	85	103

Fonte: Divisão de Recursos Humanos: Quadro de Controle dos Empregos Públicos Municipais, Julho/1998. Decreto nº 2061, de 23/07/1998.

Os não optantes, num total de 21, passaram a integrar o Quadro em Extinção assim classificados: 12 por não possuir habilitação mínima exigida, Ensino Médio na modalidade normal, os denominados Leigos; 7² por não possuírem habilitação em concurso público e 2 por não optar pelos novos regramentos.

Até o segundo semestre do ano de 2003, atendidas as exigências, integraram ao Plano de Carreira: os 12 profissionais leigos por terem adquirido a habilitação mínima exigida; 4 por habilitação em concurso e 1 por opção. Em meados de 2007, ocorreu a última opção aos novos regramentos, permanecendo no Quadro em

⁶ Professores admitidos antes da promulgação da CF/88, não detentores de estabilidade prevista no art. 19 do ADCT.

Extinção, 3 profissionais da educação, por não possuírem a habilitação exigida em concurso.

No que concerne à remuneração do pessoal do magistério, por ocasião da implantação do Plano de Carreira, os pisos salariais foram valorizados de acordo com o grau de formação profissional, conforme demonstra o quadro 9.2.

Decorridos quase dez anos da implantação do Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério³ sob o regime jurídico celetista, o Poder Executivo Municipal adotou, em 2006, um segundo regime jurídico para reger as relações de trabalho dos seus servidores, o Estatutário⁴ - Lei Complementar nº 014, de 27 de março de 2006.

Esta medida alcançou os profissionais e trabalhadores da educação municipal que, mediante opção e atendido aos requisitos exigidos, foram enquadrados por transposição: 21 professores e 3 trabalhadores da educação (motoristas do transporte escolar).

Desta forma, as relações de trabalho dos profissionais e trabalhadores da educação estão sendo administrados pelo regime jurídico celetista ou estatutário, respeitado o vínculo contratual decorrente de opção ou do ingresso no serviço público municipal.

Quadro 9.2. Quadro comparativo dos pisos salariais dos Profissionais da Educação, decorrente da implantação do Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério – Lei 1482/98

Emprego Público	CH	Classes	Níveis de Formação Profissional	Situação Antiga	Situação Nova	Acréscimo em % de Maio/98 para Junho/98
				Pisos Salariais em Maio de 1998	Pisos Salariais em Junho de 1998	
Professor Municipal	20	A	Ensino Médio, na Modalidade Normal	189,31	240,00	26,78%
		B	Ensino Médio, na Modalidade Normal mais Estudos Adicionais	203,71	264,00	29,60%
		C	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena	254,34	303,60	19,37%
		D	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena Em Pedagogia	-	364,32	-
		E	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena com Especialização na Área do Magistério	-	382,54	-
		F	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena e Mestrado na Área do Magistério	-	401,67	-

³ Lei nº 1.482/98, de 26/06/1998.

⁴ A adoção deste, entre outros, foi motivada pela redação dada pela Emenda Constitucional 19, de 04/06/1998, que retirou do texto legal a obrigatoriedade do regime jurídico único

A carreira do profissional da educação no regime jurídico estatutário, Lei nº 1847, de 27 de março de 2007, apresenta as linhas mestras do Plano de Carreira Celetista, evitando distinção dentro do mesmo Grupo Ocupacional: Profissionais da Educação.

Quadro 9.3. Comparativo das diferenças entre os regimes jurídicos adotados pela administração municipal

Regime Jurídico	
Estatutário Lei Complementar nº 014/2006 e Plano de Carreira (Lei nº 1847, de 27/06/2006)	Celetista Plano de Carreira (Lei nº 1482, de 26/06/1998)
<p>Carreira A carreira do profissional da educação no modelo estatutário não sofreu profundas alterações em relação ao modelo celetista consubstanciado na Lei Municipal nº 1482, de 26/06/1998. Ficaram mantidas a carreira, as modalidades de promoção (Titulação, Avaliação de Desempenho e Dedicção Exclusiva no Sistema Municipal de Ensino), as 6 classes de formação profissional e a promoção decorrente de aperfeiçoamento profissional - promoção horizontal, elevando em pelo menos 10% o vencimento do profissional da educação, desde que atendida a exigência de comprovação da habilitação profissional obtida, nos termos do anexo VI da Lei nº 1847.</p> <p>Na progressão da carreira foi promovida alteração de pontos percentuais entre níveis de referência com relação aos dos Celetistas. Na Tabela de Salário dos celetistas o intervalo entre os níveis de referência é de 1,5%, enquanto que na Tabela de Vencimentos dos estatutários é de 2%, alcançando até 6,09% no avanço vertical.</p>	<p>No plano celetista, o total de pontos percentuais na progressão na carreira do profissional da educação, decorrente de promoção por Mérito (Titulação), Avaliação de Desempenho e Dedicção Exclusiva no Sistema Municipal de Ensino, com resultado positivo, é de até 4,57%.</p> <p>A promoção vertical eleva em pelo menos 10% o vencimento do profissional da educação, desde que atendida a exigência de comprovação da habilitação profissional obtida em instituições credenciadas de ensino.</p>
<p>Ao profissional da educação celetista optante pelas regras estatutárias é concedido abono permanente, equivalente a 4% calculado sobre o respectivo vencimento.</p>	<p>Não há previsão legal para pagamento de abono salarial.</p>

Os Direitos e Vantagens, Deveres e Responsabilidades inerentes ao cargo de Professor Municipal, constantes na Lei Complementar nº 014/2006 e na Lei nº 1847/2006, constam, resumidamente, no Manual do Cargo Público, parte integrante do Decreto nº 3.209, de 07/08/2006.	
--	--

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, Lei nº 1482, de 26/06/1998 (celetista), Lei Complementar nº 014, de 27/03/2006 e Lei nº 1847, de 27/03/2006 (estatutário).

Diante desta nova disposição legal, os concursos públicos têm sido abertos para selecionar candidatos sob o regime jurídico estatutário. No ano de 2006, foram abertos dois concursos para o cargo de Professor Municipal. No primeiro (Edital 001, de 5 de abril de 2006), 6 profissionais foram aprovados, das 15 vagas ofertadas. Destes, somente 4 assumiram. No segundo (Edital nº 014, de 7 de novembro de 2006), de 10 vagas ofertadas, somente 4 profissionais foram aprovados e assumiram a vaga.

Em 2008, foram ofertadas 4 vagas para o cargo de Professor Municipal, no entanto, diante da necessidade de pessoal, foram abertas mais duas vagas.

Quadro 9.4. Profissionais da educação integrantes do Regime Jurídico Estatutário, 2008

Classes	Níveis de Formação Profissional	Cargos Ocupados por Transposição	Cargos Ocupados por Habilitação sem Concurso	Total de Cargos Ocupados
A	Ensino Médio, na Modalidade Normal	01	01	02
B	Ensino Médio, na Modalidade Normal, mais Estudos Adicionais	-	-	-
C	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena	07	03	10
D	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia	-	03	03
E	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena com Especialização na área do Magistério	13	05	18
F	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena e Mestrado na área do Magistério	-	-	-
Total		21	12	33

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, Quadro de Controle dos Cargos de Provimento Efetivo, Julho de 2008.

Com relação aos pisos salariais, constata-se uma pequena diferenciação entre celetistas e estatutários. Esta diferenciação foi provocada pelo reajuste geral

concedido em maio de 2006 (Lei nº 1855, de 19 de maio de 2006) para os celetistas, não alcançando os estatutários regidos por leis sancionadas em março daquele mesmo ano.

Embora haja diferença de um piso para outro, a mesma será corrigida a partir da implantação do novo piso nacional do magistério definido na Constituição Federal.

Outra correção ou ajuste que merece destaque, por reivindicação dos professores, é com relação ao número de referências para a progressão funcional. A tabela de salários do magistério celetista (Lei 1482/98) é composta de 20 referências em linha horizontal. Em fevereiro de 2007, 5 professores não conseguiram a progressão ou avanço horizontal, pois atingiram o número máximo de referências estabelecidas na tabela (teto salarial), situação que poderá ocorrer com os demais que estão com avanços regulares na carreira. A Tabela de Vencimentos dos Estatutários, na linha de progressão funcional, é composta por 40 referências.

Quadro 9.5. Pisos salariais, março 2008

Classes	Níveis de Formação Profissional	Pisos	
		Celetistas	Estatutário
A	Ensino Médio, na modalidade Normal	462,78	432,68
B	Ensino Médio, na modalidade Normal, mais Estudos Adicionais	509,03	475,93
C	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena	585,40	547,32
D	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia	702,49	656,82
E	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena com Especialização na área do Magistério	737,64	689,65
F	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena e Mestrado na área do Magistério	774,53	724,14

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, Decretos nº 3.685/2008 (celetista) e nº 3.686/2008 (estatutário).

9.1.2 Profissionais da educação

Dos 12 professores classificados em nível de Ensino Médio, 7 estão cursando ou já concluíram o ensino superior (área do magistério) e aguardam o término do período de estágio probatório ou aprovação em concurso público.

Quadro 9.6. Número total de professores municipais, 2008

Classes	Níveis de Formação Profissional	Totais			
		Cargos Ocupados Estatutário	Empregos Ocupados Celetista	Quadro em Extinção Celetista	Cargos e Empregos Públicos Ocupados
A	Ensino Médio, na modalidade Normal	02	04	02	08
B	Ensino Médio, Na modalidade Normal, mais Estudos Adicionais	-	-	01	01
C	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena	10	32	-	42
D	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia	03	05	-	08
E	Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena com Especialização na área do Magistério	18	93	-	111

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, Julho de 2008.

Destes 170 professores, 5% possuem a formação em nível médio, os demais 95% possuem a formação em nível superior (dos quais, 65% são pós-graduados em nível de especialização).

Quadro 9.7. Número de professores, por área de formação, 2008

Nível	Área de Formação	Total de Professores
Ensino Médio	Ensino Médio, na modalidade Normal	08
	Ensino Médio, na modalidade Normal, mais Estudos Adicionais	01
Educação Superior	Ciências, Habilitação Matemática;	05
	Ciências, Habilitação Biologia;	03
	Educação Física;	04
	Geografia;	09
	História;	05
	Letras - Habilitação em Português e Literaturas da Língua Portuguesa;	19
	Letras – Habilitação: Português-Inglês e respectivas Literaturas	09
	Normal Superior;	57
	Pedagogia;	29
	Programa Especial de Capacitação para a Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil	21

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, Julho de 2008.

Quadro 9.8. Número de professores com formação em pós-graduação (*lato sensu*), 2008

Curso	Total de Professores
Administração, Supervisão e Orientação Educacional	18
Ciências: Biologia	02
Comunicação Escrita e Falada	04
Distúrbios da Aprendizagem	02
Educação Especial	07
Ensino da Educação Física: Obesidade e Emagrecimento	01
Ensino da Matemática	02
Magistério da Educação Básica com Concentração em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental	09
Metodologia da Língua Inglesa	02
Metodologia do Ensino da Educação Física: Treinamento Desportivo	01
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	07
Metodologia do Ensino da História	01
Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação, Área de Psicopedagogia	02
Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação, Área de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental	21
Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação, Área de Gestão do Trabalho Pedagógico	08
Orientação Educacional	07
Psicopedagogia	02
Psicopedagogia Institucional	13
Supervisão Educacional	02

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, Julho de 2008.

Além do profissional da educação diligenciar sobre seu aperfeiçoamento, a Secretaria Municipal de Educação promove, regularmente, cursos de formação

continuada, garantindo a participação de todos os profissionais da educação da rede pública.

Quanto ao exercício das funções de magistério, no suporte pedagógico ou na docência, têm-se o seguinte quadro:

Quadro 9.9. Classificação dos profissionais da educação, por exercício de função de magistério, 2008

Função de Magistério	Local	Cargo	Número de Professores	Total
Suporte Pedagógico	Unidades Escolares	Direção	15	24
		Supervisão	07	
		Secretaria	02	
	Centros de Educação Infantil	Direção	03	07
Supervisão		04		
	Secretaria	-		
Educação em Tempo Integral	Supervisão	Secretaria	04	05
			01	
Administração Central da Educação	Supervisão	Orientação	01	08
			02	
		Apoio Administrativo	05	

Docência	Ensino Fundamental	83	83
	Educação Infantil	37	37
	Educação Especial	04	04
	Educação de Jovens e Adultos	02	02
Total de Professores			170

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, 2008.

Dos 170 professores, 38 possuem jornada ampliada de mais 20 horas: 7 estão atuando na função de direção de escola; 10 atuam na função de suporte pedagógico, 12 são docentes do Ensino Fundamental, 9 na Educação Infantil e 2 no Programa Complemento Educacional. Além destes, 3 professores atuam no Programa Complemento Educacional em uma jornada ampliada de mais 10 dez horas semanais. Desta forma, em 2008, a média professor/aluno configura-se da seguinte forma:

Quadro 9.10. Número de docentes e número de alunos, 2008

Níveis / Modalidades de Ensino	Total de Alunos	Número de Professores			Média Professor / Aluno
		Concursados			
Ensino Fundamental	1.812	Concursados	83	95	1 Professor para cada grupo de 19 alunos
		Carga horária ampliada	12		
Educação Infantil	430	Concursados	37	46	1 Professor para cada grupo de 10 alunos
		Carga horária ampliada	09		
Educação Especial	19	04			1 Professor para cada grupo de 5 alunos
Educação de Jovens e Adultos	20	02			1 Professor para cada grupo de 10 alunos
Total	2.281	147			1 professor para cada grupo de 16 alunos

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Sistema de Registro Escolar e Divisão de Recursos Humanos, junho de 2007.

Quadro 9.11. Número de turmas da rede municipal *versus* número de docentes, 2008

Níveis / Modalidades de ensino		Total de Alunos	Total de Turmas	Número Total de Professores
Docência no Ensino Fundamental	1ª a 4ª séries	1.812	79	95
	Educação Especial	19	02	04
Sub-total Ensino Fundamental		1.831	81	99
Docência na Educação Infantil	Creche	110	06	12
	Pré-Escola	320	13	34
Sub-Total Educação Infantil		430	19	46
Docência na Educação de Jovens e Adultos	Ensino Fundamental	20	02	02

Total	2.281	102	147
--------------	--------------	------------	------------

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Divisão de Recursos Humanos, 2008.

Considerados os dados constantes no quadro anterior, identifica-se uma distorção na distribuição dos docentes com relação ao número de turmas registradas na rede municipal de ensino. Entretanto, alguns fatores devem ser levados em consideração:

- **Hora-Atividade:** com a adoção desta, 20% da jornada semanal do docente titular são dedicadas às atividades extraclasse, requerendo a reposição destas 4 horas-aula semanais por outro docente. Neste caso, a cada conjunto de 4 docentes, mais um é designado para ministrar aulas nas mesmas turmas de alunos destes titulares. Sob este ângulo, as 79 turmas das séries iniciais do Ensino Fundamental, correspondem, na realidade, a 95 turmas. Mesma situação pode ser levada a efeito na Educação Infantil.
- **Número de alunos por série:** segundo dados constantes na Secretaria Municipal de Educação, no ano letivo de 2008, das 11 Unidades Escolares que atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental, 3 escolas (Juventino Rufatto, Tiradentes e Prefeito Paulino Stédile) têm matriculados, em algumas séries, mais de 25 alunos. Não há registro de série contendo mais de 30 alunos nas Unidades Escolares Municipais. Situação diferente não ocorre na Educação Infantil. Nesta, as turmas variam de 12 a 20 alunos, exceção feita às Escolas Municipais Tiradentes e Juventino Rufatto que atendem 32 alunos de Pré-escola, e na Escola Municipal Prefeito Paulino Stédile que, na média, atende 22 alunos por turma.

O reflexo destas situações pode ser sentido nas despesas com a remuneração do magistério. Segundo dados do Tribunal de Contas do Paraná, na primeira análise da Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2007, constata-se que a despesa com remuneração do magistério atingiu 83,15% dos recursos do FUNDEB. A despesa geral com pessoal ficou em 47,01% da receita corrente líquida, limitada a 54%.

9.1.3 Trabalhadores da educação

Outros profissionais designados do Quadro de Servidores atuam na Secretaria Municipal de Educação. Para estes profissionais, o Órgão Municipal de Educação

também promove, com certa regularidade, cursos de formação continuada, devendo, para os próximos anos dar mais ênfase aos servidores que trabalham no setor de Transporte Escolar e aos auxiliares de serviços gerais.

Quadro 9.12. Trabalhadores da educação da rede municipal de ensino, 2008

Categoria Profissional	Grau de Escolaridade		Número de Servidores
Servidores do Transporte Escolar (motoristas)	Ensino Fundamental anos iniciais	03	13
	Ensino Fundamental anos finais	04	
	Ensino Médio	06	

Auxiliar de Serviços Gerais (servente de escola e de limpeza)	Ensino Fundamental anos iniciais	17	30
	Ensino Fundamental anos finais	05	
	Ensino Médio	08	
Serviços Profissionais (Administrativo, Psicólogo e Nutricionista)	Educação Superior	03	04
Departamentos vinculados à Secretaria de Educação (Desporto e Cultura)	Ensino Médio	01	03
	Educação Superior	02	
Total			50

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, 2008.

9.2 Objetivos e Metas

1. Garantir, a partir da vigência deste Plano, a revisão periódica do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, contemplando níveis de remuneração, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e, assegurando em suas alterações, os seguintes itens:
 - a) Cargo de professor com funções de magistério;
 - b) Funções de magistério: docência e suporte pedagógico direto à docência;
 - c) Níveis de titulação: magistério (nível médio, modalidade normal), graduação (licenciatura plena) e pós-graduação (*lato sensu*);
 - d) Ingresso na carreira de acordo com a habilitação;
 - e) Promoções através de avaliação de desempenho, qualificação e conhecimento;
 - f) Hora atividade para os profissionais no exercício da docência, de acordo com a legislação educacional vigente;
 - g) Regime suplementar aos professores que não estejam em acúmulo de cargo ou função pública, até o máximo de 20 horas semanais;
 - h) Gratificações pelo exercício de suporte pedagógico;
 - i) Mudança de nível de acordo com a habilitação de forma automática, vigorando no mês subsequente àquele em que o interessado apresentar comprovante da nova habilitação;
 - j) Progressão na carreira através de mudança de nível de habilitação e de promoções periódicas;
 - k) Continuidade de progressão na Carreira ao profissional que atingir o último nível da Tabela de Vencimentos e não estiver apto ao benefício da aposentadoria.
2. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, que as novas admissões na rede municipal de ensino, ocorra somente por concurso público de provas e títulos e com profissionais que possuam qualificações mínimas exigidas pela legislação educacional vigente.

3. Assegurar, durante a vigência deste Plano, a oferta de, no mínimo, 40 horas anuais de programas de capacitação continuada a todos os profissionais do magistério da rede municipal de ensino, levando em consideração a especificidade do trabalho educativo.
4. Viabilizar, a partir da vigência deste Plano, a participação dos profissionais da rede municipal de ensino, em simpósios, seminários, conferências, ciclos de estudos, encontros temáticos, congressos e oficinas.
5. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, que as funções de suporte pedagógico das instituições de ensino da rede municipal e da Secretaria Municipal de Educação, sejam ocupadas por professores do quadro próprio do magistério municipal e com formação de acordo com o que prevê a legislação educacional vigente.
6. Fixar, a partir da vigência do Plano, em até um ano, regras claras para a nomeação e exoneração da função de direção das instituições de ensino da rede municipal, considerando o mérito e o desempenho do profissional designado para esta função.
7. Garantir, a partir da vigência deste Plano, periodicamente, a oferta de capacitação continuada ao pessoal técnico e administrativo da rede municipal de ensino.

Estabelecer, a partir da aprovação deste Plano, critérios para que os profissionais da rede municipal de ensino, detentores de dois cargos de professor, tenham sua lotação em um mesmo estabelecimento de ensino, respeitando-se a ordem de classificação.

VII - FINANCIAMENTO E GESTÃO

10. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

10.1 Diagnóstico do Financiamento

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige o equilíbrio das contas públicas, a partir do entendimento de que as metas devem apresentar resultados positivos entre receitas e despesas. Os constantes investimentos tendem aumentar as despesas e, em contrapartida, há que se buscar mecanismos para incrementar a receita, racionalizando custos e direcionando os recursos para o cumprimento dos índices institucionais, especialmente na área da Educação.

Durante muito tempo, a maioria dos municípios teve a função de mero aplicador dos recursos recebidos do Estado e da União. Com o implemento de emendas constitucionais que versam sobre a transferência de responsabilidades financeiras para os municípios, mantendo a mesma base arrecadatória destes, os municípios viram-se obrigados a buscar alternativas administrativas para concretizar suas metas econômicas e sociais.

Por isso, o município de Coronel Vivida, atento ao enorme compromisso de honrar o cumprimento das metas fiscais e atender a demanda educacional de sua rede de ensino, desenvolve continuamente atividades que privilegiem a arrecadação dos tributos a ela atrelados, tais como:

- Lançamento e distribuição de carnês de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), Alvarás e ISS (Imposto sobre Serviços) nos primeiros meses do ano com incentivos para pagamento à vista;
 - Ampla divulgação das datas de vencimento e facilidade de pagamento pela rede bancária;
 - Entrega dos carnês remanescentes nos domicílios;
 - Monitoramento da cobrança da Dívida Ativa através de notificações, parcelamentos e cobrança judicial;
 - Especial atenção é dispensada à avaliação dos imóveis, visando arrecadação de ITBI (Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis);
 - Levantamentos Fiscais nas empresas de prestação de serviços, visando regularização da cobrança de ISS;
 - Rigoroso controle das DFCs (Declarações Fisco Contábeis), visando incrementar o índice que determina o retorno de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços);
 - Acompanhamento do índice populacional, através do IBGE, com vistas à mudança de faixa, otimizando o repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios);
- Retenção do correspondente IR (Imposto de Renda) e ISS sobre as notas fiscais de fornecedores no ramo de prestação de serviços.

Os recursos, com os quais o Município conta para manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, são aqueles previstos no orçamento e representados pela vinculação das receitas institucionais, tidas como um mínimo a ser investido. Porém, para não prejudicar as metas educacionais, muitas vezes o Município lança mão de recursos complementares, representados por outras receitas que compõem a totalidade dos recursos orçamentários.

Tabela 10.1. Convênios, 2006 – 2008

Tipos	Valores (em R\$ 1,00)		
	2006	2007	2008 (*)
PNAC – PNAE - Creche – Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creche	6.116,00	2.244,00	2.948,00
PNAE - Fundamental – Programa Nacional de Alimentação Escolar	95.612,00	170.268,80	34.606,00
PNAP - Pré-escola – Programa Nacional de Alimentação Escolar para Pré-escola	0,00	0,00	11.396,00
PNATE - Fundamental – Programa Nacional do Transporte Escolar	41.667,48	44.970,39	15.228,01
PTA-REESTRUTURANTE – Plano de Trabalho de Apoio à Reestruturação da Rede Física	39.600,00	0,00	0,00
PTA - ESPECIAL – Plano de Trabalho de Apoio à Educação Especial	0,00	3.837,24	0,00
QUOTA ESTADUAL / MUNICIPAL (Salário Educação)	0,00	0,00	135.118,93
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola	22.332,5	20.625,80	0,00
Total	205.327,98	241.946,23	199.296,94

Fonte: FNDE (Consulta no site www.fnde.gov.br, em julho de 2008).

(*) Dados de 27/07/2008.

Tabela 10.2. Receitas da educação, 2006 – 2008 (em valores R\$ 1,00)

Receitas	2006	2007	2008 (Previsão)
Impostos	495.949,15	538.610,32	627.500,00
Transferências	1.114.780,52	1.117.088,12	969.952,00
FUNDEF/ FUNDEB	2.226.851,47	2.364.730,28	3.264.178,00
Total	3.837.581,14	4.020.428,72	4.861.630,00

Fonte: Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal, outubro de 2008.

Tabela 10.3. Despesas da educação, 2006 – 2008 (em valores R\$ 1,00)

Despesas	2006	2007	2008 (Previsão)
CORRENTE – Despesas com pessoal	3.434.016,61	3.924.686,72	4.536.000,00
Despesas com alimentação	333.200,00	250.072,16	333.200,00
Outras Despesas	2.218.750,00	1.259.047,23	2.218.750,00
CAPITAL – obras e instalações	0,00	41.846,90	30.000,00

Equipamentos e material Permanente	91.001,00	641,00	90.000,00
Total	6.076.967,61	5.476.294,01	7.207.950,00

Fonte: Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal, outubro de 2008.

Tabela 10.4. Comparativo entre o orçamento do órgão municipal de educação e o percentual de despesas, 2007 – 2008

Orçamento / Despesas	Valor/ Percentual	
	2007	2008 (estimativa)
Orçamento (em valor R\$ 1,00)	6.742.450,00	7.207.950,00
Despesas com pessoal (em %)	39,53%	43,48%
Despesas com alimentação (em %)	4,57%	4,63%
Despesas com manutenção (em %)	53,32%	51,05%
Despesas com obras (em %)	0,76%	0,42%
Despesas com equipamentos (em %)	0,67%	1,25%
Despesas com reformas (em %)	1,15%	1,27%

Fonte: Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal, outubro de 2008.

10.2 Diagnóstico da Gestão

10.2.1 Órgão Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e do Desporto, encontra-se instalada nas dependências do Centro Cultural Professor Benedito Rakowski, no centro da cidade.

As suas condições de instalação e funcionamento atendem às necessidades do setor, com espaço adequado ao desenvolvimento de suas atividades gerenciais. Tecnicamente, possui microcomputadores com acesso à internet e equipamentos como televisão, videocassete, DVD, gravador, câmera fotográfica digital, retro projetor, notebook e projetores multimídias.

A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e do Desporto, disposta na Lei Municipal nº 1.459/97, de 19 de dezembro de 1997, compõe-se de três Departamentos: Educação, Cultura e Desporto. Cada um desses Departamentos possui subdivisões, que estão interrelacionadas em um processo de interação contínua, com vistas ao bom desempenho e atendimento às necessidades da comunidade vividense.

O Departamento de Educação estrutura-se em três divisões: Divisão de Administração Escolar; Divisão de Assistência ao Educando e Divisão de Apoio Técnico Pedagógico.

Do Departamento de Cultura, fazem parte duas divisões: Divisão de Desenvolvimento Cultural e Divisão de Promoção de Eventos Culturais.

O Departamento de Desporto, também possui duas divisões: Divisão de Desenvolvimento do Desporto e do Lazer e Divisão de Promoção e Eventos Desportivos.

A responsabilidade pelo gerenciamento educacional da rede municipal de ensino é do Departamento de Educação, sob a supervisão do gabinete secretarial.

10.2.2 Organização da rede municipal de ensino

Até o ano de 2007, a rede municipal de ensino era composta por 14 instituições de ensino, mas, com o fechamento da Escola Rural Municipal José Anchieta, passou a contabilizar 13 instituições de ensino, responsáveis em ofertar a Educação Infantil, o Ensino Fundamental dos anos iniciais e as modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, a Educação Infantil passou a ser atendida somente nos CMEI's e na Escola Municipal Prefeito Paulino Stédile, que também centralizou o atendimento da Educação Especial (Classe Especial, Salas de Recursos e Centros de Atendimento Especializado).

A tabela a seguir mostra como encontra-se estruturada a distribuição dos alunos e a relação existente entre esta demanda e os profissionais da educação, em cada estabelecimento de ensino da rede municipal.

Tabela 10.5. Estabelecimentos de ensino que compõem a rede municipal, 2008

Instituição de Ensino	Totais				Relação	
	Alunos	Docentes/ Suporte Pedagógico	Func.	Turnos	Alunos/ Docentes	Alunos/ Func.
CMEI Aquarela	95	12	6	M / V	7,7	15,5
CMEI Arco-Íris	80	12	4	M / V	6,5	19,5
CMEI Primavera	96	12	4	M / V	7,9	23,7
EML Dr. Ulisses Guimarães	280	17	6	M / V	11,8	33,3
EML Juventino Rufatto	197	10	3	V	15,5	51,6
ERM Maria da Luz	75	6	4	M / V	13,8	20,7
EML Prefeito Paulino Stédile	529	33	17	M / V	13,7	26,6
EML Presidente Kennedy	260	19	8	M / V	12,1	28,7
ERM Santa Lúcia	101	7	4	M / V	14,3	25,0
EML São Cristóvão	143	11	4	M / V	9,8	27,0
EML Sete de Setembro	335	17	8	M / V	13,3	28,4
EML Tiradentes	301	16	10	M / V	13,6	21,7
EML Vista Alegre	151	12	8	M / V	11,0	16,5
Total	2.643	188	88	-	14,1	30,0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2008 e Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em julho de 2008).

Siglas: CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil; EML – Escola Municipal; ERM – Escola Rural Municipal; M – Matutino; V – Vespertino.
Abreviatura: Func. – Funcionários.

10.2.3 Gestão da rede municipal de ensino

A escolha das direções das unidades escolares da rede municipal de ensino não encontra-se regulamentada. Nas duas últimas gestões, a escolha aconteceu por meio de eleição entre os professores efetivos de cada escola, cabendo ao Poder Executivo referendar a decisão.

No setor pedagógico, as unidades escolares da rede municipal de ensino contam, em seu quadro funcional, com um professor que desempenha a função de supervisor, coordenando e acompanhando o planejamento dos professores, assim como a sua aplicação em sala de aula.

Cada unidade escolar possui a sua Proposta Pedagógica e Regimento Escolar, aprovados pelo Núcleo Regional de Educação, e que estão sendo revisados em 2008, com a participação de toda a comunidade escolar.

Os conselhos escolares estão instituídos em todas as escolas municipais, assim como as APMF's.

Quanto à merenda escolar, o cardápio é elaborado por uma nutricionista e repassado às escolas e CMEI's. Os alimentos chamados “não-perecíveis” são armazenados na própria instituição de ensino e os alimentos “perecíveis” são entregues duas vezes por semana. Para garantir o bom funcionamento do Programa de Alimentação Escolar e o fornecimento das refeições dentro dos padrões higiênico-sanitários exigidos, são oferecidos cursos de capacitação para todas as merendeiras, pelo menos duas vezes ao ano. Nenhuma escola ou CMEI possui horta escolar.

Para o transporte escolar, são disponibilizados 25 veículos, dos quais 11 são da frota própria e 14 são veículos locados, que percorrem diariamente, em torno de 2.800 quilômetros, transportando mais de dois mil alunos (da rede municipal, estadual e outros). Em 2008, foram adquiridos sete ônibus novos para serem utilizados no transporte escolar através do Programa Caminhos da Escola, do Governo Federal.

10.2.4 Projetos em andamento

PROERD. Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, desenvolvido em parceria com a Polícia Militar do Estado do Paraná. O Programa é destinado aos alunos que estão cursando a 4ª e a 6ª séries do Ensino Fundamental.

Agrinho. Implementado em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Os alunos que participam do Programa desenvolvem projetos voltados à construção da cidadania.

Jovens Empreendedores Primeiros Passos. Implementado em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), tem como objetivo disseminar na população escolar a cultura empreendedora. O Programa tem como base dois eixos: O Perfil do Empreendedor – que é o conjunto de habilidades e características de comportamentos pessoais que definem esse perfil e que devem estar em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento – e o Plano de Negócios, trabalhados com os alunos, durante cada encontro, a fim de disseminar a cultura empreendedora e despertar a iniciativa na busca de possibilidades de inserção no mercado de trabalho, por meio da criação de seus próprios negócios.

10.2.5 A rede municipal de ensino e o IDEB

O IDEB, indicador de qualidade do MEC, registrou um crescimento em todas as etapas da Educação Básica entre os anos 2005 e 2007. A meta nacional para 2007 era de 3,9. Nosso Município atingiu o patamar projetado para 2009, alcançando a pontuação de 4,2 - como mostra os dados da tabela a seguir.

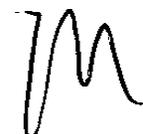
Tabela 10.6. IDEBs observado de 2005 e 2007 no Ensino Fundamental dos anos iniciais e projeções para o Brasil, 2007/2021

Observado		Metas	
2005	2007	2007	2021
3,8	4,2	3,9	6,0

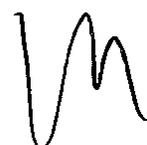
Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em julho de 2008).

10.3 Objetivos e Metas

1. Garantir, nos próximos planos plurianuais, a previsão do suporte financeiro às metas constantes deste Plano Municipal de Educação.
2. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.
3. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos destinados a assegurar o cumprimento da LDB, que define a aplicação de recursos que podem ser ou não, incluídos como manutenção e desenvolvimento do ensino.
4. Realizar, a partir da vigência deste Plano, anualmente, campanhas de Educação Fiscal, visando a conscientização da população quanto à importância de solicitar notas fiscais junto ao comércio, bem como o pagamento em dia dos impostos.
5. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, a plena autonomia do Dirigente Municipal de Educação, na gestão dos recursos da educação.
6. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, as parcerias externas firmadas pelas instituições de ensino da rede municipal, visando a melhoria da infra-estrutura e a promoção de projetos socioculturais e ações educativas.
7. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos que zelem pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social.
8. Constituir, a partir da aprovação deste Plano, em até um ano, o Conselho Municipal de Educação, como forma de efetivar a democratização do ensino na rede municipal.
9. Estabelecer, após a aprovação deste Plano, um projeto de dinamização dos órgãos colegiados da educação (associações e conselhos), com orientações e definições de suas atribuições em relação às instituições escolares, promovendo, anualmente, durante a vigência deste Plano, encontros, debates e palestras aos seus membros.
10. Garantir, a partir da vigência deste Plano, com a participação da comunidade e do Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas na área da educação, instituindo medidas para dar continuidade às ações efetivas e eficazes já realizadas.



11. Garantir, a partir da vigência deste Plano, o acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Educação, promovendo a qualificação da equipe do Órgão Municipal de Educação e dos membros do Conselho Municipal de Educação, na perspectiva de assegurar o cumprimento das metas e das implementações necessárias a serem realizadas durante a sua vigência.
12. Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, parcerias com a comunidade escolar e local, disponibilizando os espaços escolares para o desenvolvimento de ações da comunidade, recuperando também, os espaços públicos que possam ser utilizados pela comunidade escolar.
13. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, recursos para a aquisição e manutenção de materiais e equipamentos pedagógicos, necessários ao exercício da docência dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino.
14. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a manutenção das bibliotecas das escolas municipais e da Biblioteca Pública Municipal, com literatura adequada e atualizada, objetivando proporcionar aos educandos, o acesso a uma literatura própria para a idade em que se encontram.
15. Desenvolver, durante a vigência deste Plano, programas de integração entre as famílias e a escola, visando despertar maior comprometimento dos pais com o desenvolvimento educacional de seus filhos. ***
16. Apoiar tecnicamente, a partir da vigência deste Plano, as escolas municipais e os centros municipais de Educação Infantil na elaboração e execução de suas propostas pedagógicas.
17. Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, salas de recurso para o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, oferecendo aulas no contra turno escolar, com a finalidade de garantir equidade nas condições de acesso, permanência e conclusão na idade certa. ***
18. Garantir, a partir da vigência deste Plano, para as instituições da rede municipal de ensino, a oferta de aulas de Educação Física, prevendo recursos físicos, humanos e pedagógicos que permitam uma prática pedagógica voltada ao desenvolvimento integral dos alunos.
19. Prever, a partir da vigência deste Plano, para as instituições da rede municipal de ensino, a organização de currículo que permita planejar dentro das diversas áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar, a formação ética e artística.
20. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, que a escolha do livro didático para as escolas municipais, seja realizada em conjunto com todos os profissionais da educação, para que possam definir aqueles que estejam de acordo com a proposta pedagógica e as diretrizes curriculares das escolas. ***

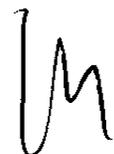


21. Analisar, discutir e divulgar, a partir da vigência deste Plano, nas instituições de ensino e na comunidade, os resultados das avaliações educacionais do MEC, estabelecendo, a partir destes resultados, medidas para os avanços necessários para atingir uma educação de qualidade. ***
22. Estabelecer, a partir da vigência deste Plano, mecanismos para, em observância às 28 diretrizes do Programa Nacional “Compromisso Todos pela Educação”, promover ações, em regime de colaboração com as famílias e comunidade em geral, para atingir a média máxima estabelecida para o Município pelo IDEB.
23. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, o provimento da merenda escolar de qualidade para todas as instituições de ensino da rede municipal, garantindo o enriquecimento da mesma com produtos “in-natura” e com acompanhamento de nutricionista. *
24. Assegurar, a partir da vigência deste Plano, o transporte escolar nas zonas rurais e localidades distantes, quando necessário, conforme critérios definidos pelo Órgão Municipal de Ensino, com colaboração financeira da União e do Estado de forma a garantir a escolarização de todos os alunos. */**

(*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.

(***) O cumprimento deste Objetivo/Meta, ao que se refere às instituições que não são de responsabilidade do Município, depende dos programas e/ou iniciativa das respectivas mantenedoras.



VIII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação – PME no município de Coronel Vivida depende não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

O Órgão Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto o "Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME". Desempenharão também papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as diretrizes, os objetivos e as metas aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

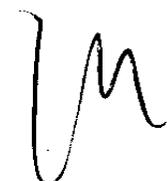
Os objetivos e as metas deste Plano, somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo. Para isto, deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente, durante os dez anos de vigência, a execução do PME. Estes mecanismos devem ser:

- De aferição quantitativa: que controlem estatisticamente o avanço do atendimento das metas, observando-se os prazos estabelecidos ano a ano;
- De aferição qualitativa: que controlem o cumprimento das metas, observando além dos prazos, as estratégias de execução das ações para medir o sucesso da implementação do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos.

Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

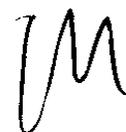


Os instrumentos de avaliação instituídos como o SAEB, o ENEM, a Prova Brasil, o Censo Escolar e os dados do IBGE, são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e objetivos propostos no PME estão sendo atingidos, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'M'.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- **Constituição Federal de 1988.**
- **Deliberação nº 02/2003.** Conselho Estadual de Educação Institui normas para a Educação Especial, na modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.
- **Deliberação nº 002/2005** do Conselho Estadual de Educação. Institui normas para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- **Lei nº 9.394/96**, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
- **Lei nº 9.424/96** que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF.
- **Lei nº 1.0172/01**, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação.
- **Lei nº 11.494/07**, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
- **Lei Municipal nº 890/87**, de 27 de janeiro de 1987, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público Municipal.
- **Lei Municipal nº 1021/89**, de 27 de outubro de 1989, que dispõe sobre a reorganização do Quadro de Pessoal do Município e estabelece o regime jurídico único da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, incluídas as normas previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- **Lei Municipal nº 1022/89**, de 27 de outubro de 1989, que dispõe sobre o Plano de Carreira no Serviço Público Municipal.
- **Lei Municipal nº 1482/98**, de 26 de junho de 1998, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.
- **Lei Orgânica do Município de Coronel Vivida.**
- **Plano Diretor do Município de Coronel Vivida.**



- **Plano Estadual de Educação do Paraná. Versão Preliminar de fevereiro de 2006.**

SITES CONSULTADOS

- <http://maplink.uol.com.br/rodoviario/mapa.asp>
- www.ampr.pr.gov.br
- www.fnde.gov.br
- www.ibge.gov.br
- www.inep.gov.br
- www.seed.pr.gov.br
- www.sine.pr.gov.br/setp/indicadores

